



# ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão  
do Território

Valorização dos Recursos Hídricos para a  
Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Revisão 0

Lisboa. 31 de outubro de 2024



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
0	31/10/2024	Emissão inicial



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*



## VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

#### ANEXO 6 – INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

##### ÍNDICE GERAL

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>INSTRUMENTOS DE NÍVEL NACIONAL E REGIONAL COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE ESTUDO</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>DISPOSIÇÕES RELEVANTES DOS INSTRUMENTOS DE ÂMBITO SUPRAMUNICIPAL</b>	<b>16</b>
3.1	DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE NÍVEL NACIONAL .....	18
3.2	DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE NÍVEL REGIONAL.....	33
3.3	DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS INTERMUNICIPAL.....	37
<b>4</b>	<b>INSTRUMENTOS DE NÍVEL MUNICIPAL COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE ESTUDO</b>	<b>40</b>
4.1	SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS .....	40
4.2	ÁREAS DE USO CONDICIONADO.....	42
4.2.1	USO DO SOLO PROGRAMADO .....	42
4.2.2	CONDICIONANTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	50

##### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – PROT na área de estudo .....	9
Figura 2 – Bacias hidrográficas na área de estudo.....	10
Figura 3 – Situação dos planos de adaptação às alterações climáticas em Portugal continental.....	16

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Figura 1 – Ponto de Situação da revisão dos PDM na área de estudo, a 31 de julho de 2022 .....	41
Figura 2 – Regime de uso do solo, na área de estudo potencial, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021) .....	45
Figura 3 – Reserva Agrícola Nacional, na área de estudo potencial, com base na SRUP (Direção Geral do Território, 2021).....	51
Figura 4 – Reserva Ecológica Nacional, na área de estudo potencial, com base na REN Regional (CCDR LVT, 2022) e REN Municipal da Nazaré, Benavente e Loures .....	54

### ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Planos e Programas de Nível Nacional e Regional com Incidência na Área de Estudo .....	10
Tabela 2. Planos e Programas em preparação de novo ciclo de planeamento .....	13
Tabela 3. Regime de uso do solo, na área de estudo potencial, por Concelho, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021).....	42
Tabela 4. Solo urbanizável (transitório), na área de estudo potencial, por Concelho, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021) .....	46
Tabela 5. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Proteção do Litoral .....	55
Tabela 6. Análise de situações concretas.....	57
Tabela 7. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Sustentabilidade do Ciclo da Água.....	58
Tabela 8. Análise de situações concretas.....	60
Tabela 9. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Prevenção de Riscos Naturais.....	62
Tabela 10. Análise de situações concretas.....	64



## VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

### ANEXO 6 – INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

#### 1 INTRODUÇÃO

A área de estudo para a “Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste” cobre territórios de características geográficas diversificadas e com uma variedade significativa de valores, recursos e atividades. Por este motivo, os instrumentos de gestão do território (IGT) em vigor que abrangem este território são diversos, determinando diferentes diretrizes e normas de ordenamento e desenvolvimento territorial, consoante a sua natureza e o território de incidência. Revele-se, por exemplo a existência de espaços de grande valor ecológico ou vulnerabilidade objetos de programas especiais, no termos da Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo), como áreas protegidas, orla costeira ou albufeiras de águas públicas.

Por outro lado, a dimensão espacial destes instrumentos, que varia da escala municipal, refletida nos 43 concelhos abrangidos, à regional e nacional, reforça a necessidade de articulação entre os vários referenciais estratégicos de ordenamento do território.

A “Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste” deverá atender a este quadro de instrumentos, não só potenciando as estratégias definidas e concorrendo para promover o desenvolvimento e ordenamento do território, mas especialmente terá de estar alinhado com os usos e ocupação do solo definidos e com a preservação dos recursos e valores patrimoniais.

No âmbito da valorização dos recursos hídricos para fins agrícolas, existem instrumentos potencialmente mais relevantes, nomeadamente os que estão relacionados com temas ligados à gestão de recursos hídricos, por enquadrarem objetivos e normativos quer para a utilização dos recursos hídricos, quer para a regulação da atividade agricultura.

Esta diversidade de escalas, âmbitos de atuação e domínios temáticos reflete-se num quadro de grande variabilidade na estrutura e conteúdos dos vários IGT em vigor na área em estudo.

Nos pontos seguintes desenvolve-se uma análise que visa, numa primeira fase, identificar os IGT mais relevantes para o âmbito do estudo, e, numa segunda fase, apresentar as disposições e orientações com impacte potencial no desenvolvimento do aproveitamento hidroagrícola.



**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Esta análise encontra-se organizada em função da escala dos instrumentos, contribuindo para uma apreciação integrada das disposições em função da sua espacialização.

Nos pontos seguintes desenvolve-se uma análise que visa, numa primeira fase, identificar os IGT mais relevantes para o âmbito do estudo, e, numa segunda fase, apresentar as disposições e orientações com impacte potencial no desenvolvimento do aproveitamento hidroagrícola.

Esta análise encontra-se organizada em função da escala dos instrumentos, contribuindo para uma apreciação integrada das disposições em função da sua espacialização.

## **2 INSTRUMENTOS DE NÍVEL NACIONAL E REGIONAL COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE ESTUDO**

A atual organização do sistema de gestão territorial é determinada pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), consagrado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e posteriores atualizações, que, após estabelecidas as bases gerais de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), veio dar cumprimento ao estabelecido no artigo 81.º da referida lei, revendo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

O artigo 2.º deste Decreto-Lei determina os instrumentos aplicáveis a cada uma das escalas de atuação, sendo que o âmbito nacional é concretizado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), pelos Programas Setoriais e pelos Programas Especiais, sendo que o âmbito regional é concretizado através dos programas regionais.

No caso destes últimos, identificam-se em vigor 2 Planos Regional de Ordenamento do Território (PROT) na área de estudo, designadamente o PROT da Área Metropolitana de Lisboa (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho) e o PROT do Oeste e Vale do Tejo (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 de 8 de agosto). Este território é ainda abrangido pelo PROT Centro, que se encontra em elaboração nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro.



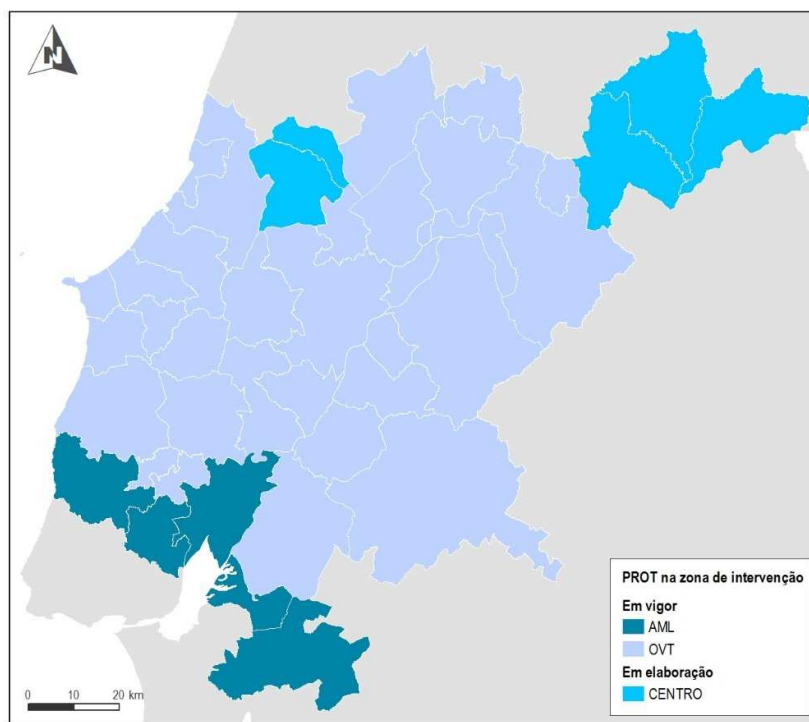


Figura 1 – PROT na área de estudo

Relativamente aos planos e programas sectoriais, destacam-se 3 Planos de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH), assim como 2 Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI).

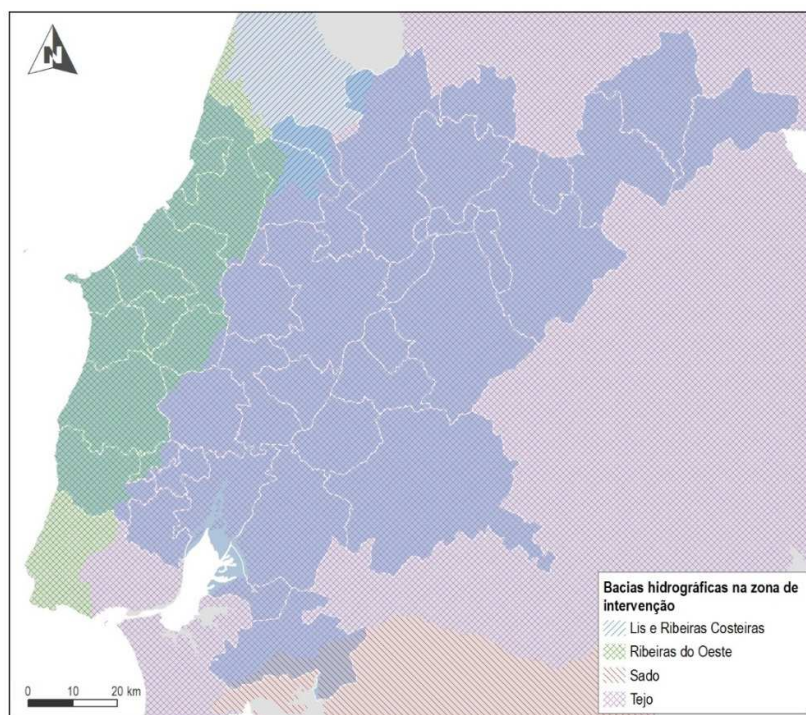


Figura 2 – Bacias hidrográficas na área de estudo

Destaque ainda para os planos e programas especiais relacionados com as albufeiras de águas públicas (Planos/Programas de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas – POAAP), bem como os Planos/Programas de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), que visam salvaguardar os recursos afetos a esses elementos territoriais.

Com base nesta organização, e considerando o perímetro da área de estudo, constituem objeto de análise os planos e programas de nível nacional e regional identificados na tabela abaixo.

Tabela 1. Planos e Programas de Nível Nacional e Regional com Incidência na Área de Estudo

Instrumento	Ano	Noção	Concelhos da área de estudo abrangidos
Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território (PNPOT)	2019	Visa estabelecer as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia.	43

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Ano	Noção	Concelhos da área de estudo abrangidos
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis - RH4 (PGRH4)	2022 <sup>1</sup>	Visam gerir, proteger e a valorizar ambiental, social e economicamente as águas ao nível da região hidrográfica, compatibilizando as suas utilizações com as suas disponibilidades. A região hidrográfica, constituída por uma ou mais bacias hidrográficas e respetivas águas costeiras, é a unidade principal de planeamento e gestão das águas.	3
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - RH5 (PGRH5)	2022 <sup>1</sup>		43
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira - RH6 (PGRH6)	2022 <sup>1</sup>		1
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - RH5 (PGRI RH5)	2022 <sup>2</sup>		20
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Sado e Mira - RH6 (PGRI RH6)	2022 <sup>2</sup>	Visam a redução do risco nas áreas de possível inundação, através da implementação de medidas que minimizem as consequências prejudiciais para a saúde humana, as atividades económicas, o património cultural e o meio ambiente.	1
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB) <sup>3</sup>	2003	Visam a definição de medidas para a proteção e valorização dos recursos hídricos na área a que se aplicam de para assegurar a sua utilização sustentável.	4
Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos (POAM)	2008		1
Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos (POASB)	2008		1
Programa de Ordenamento da Orla Costeira Alcobça – Cabo Espichel (POC-ACE)	2019	Visam objetivos indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial.	8

<sup>1</sup> A 3.ª fase de participação pública do ciclo de planeamento 2022-2027, correspondente à versão provisória dos PGRH, decorre até 31 de outubro de 2022.

<sup>2</sup> A participação de todos os interessados relativa ao Projeto do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações RH5A – 2º Ciclo (2022-2027) decorre até 31 de outubro de 2022.

<sup>3</sup> Em revisão nos termos do Despacho n.º 5797/2018 de 12 de junho.

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Ano	Noção	Concelhos da área de estudo abrangidos
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (RN2000)	2008	Visam garantir a conservação a longo prazo das espécies e habitats mais ameaçados da Europa, evitando a perda de biodiversidade. É o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.	25
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)	2019		1
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)	2019	Visam estabelecer normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, para garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados.	3
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	2019		39
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (POPNSAC)	2010 <sup>4</sup>		7
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)	2005 <sup>5</sup>		1
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI)	2008 <sup>6</sup>	Visam garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.	1
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado (PORNES)	2006		1
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)	2008		3

<sup>4</sup> Em revisão nos termos do Despacho n.º 4269/2017 de 18 de maio.

<sup>5</sup> Em revisão nos termos do Despacho n.º 3580/2017, de 27 de abril.

<sup>6</sup> Em revisão nos termos do Despacho 3582/2017, de 27 de Abril.

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Ano	Noção	Concelhos da área de estudo abrangidos
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (PORNPB)	2008		2
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)	2002		5
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT)	2008	Definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas e dos planos intermunicipais e dos planos municipais.	33
Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro) <sup>7</sup>	-		5

Note-se que na tabela acima, estão presentes vários IGT, nomeadamente no que respeita aos Planos Regionais e Especiais que não estão adaptados disposições jurídicas do RJIGT, sendo expectável que, num horizonte próximo, venham a ser substituídos pelos respetivos programas nos casos em que ainda não o foram, de modo a estar em conformidade com o novo regime jurídico.

Na tabela abaixo identificam-se os instrumentos cujo processo de transição para o novo ciclo de planeamento foi já iniciado.

Tabela 2. Planos e Programas em preparação de novo ciclo de planeamento

Instrumento	Motivo
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis - RH4 (PGRH4)	Preparação do 3.º Ciclo de Planeamento (2022 – 2027)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - RH5 (PGRH5)	

<sup>7</sup> O PROT-Centro encontra-se em elaboração nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro.

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Motivo
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira - RH6 (PGRH6)	Preparação do 2.º Ciclo de Planeamento (2022 – 2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - RH5 (PGRI RH5)	
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6 (PGRI RH6)	
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB)	Programa Especial em elaboração
Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos (POASB)	
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (POPNSAC)	Programa Especial em elaboração
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)	
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI)	

Esta alteração tem como principal consequência a conversão dos planos em programas, que dessa forma passam apenas a vincular entidades públicas e não direta e imediatamente os particulares. Note-se que esta alteração apenas se aplica aos planos especiais, sectoriais e regionais. Desta forma, encontra-se definido o conjunto de documentos que constituem o referencial estratégico em matéria de planeamento e gestão territorial na área de estudo. Importa agora considerar os seus objetivos específicos para esse território no que diz respeito ao tema dos recursos hídricos e da agricultura.

Ainda neste âmbito, note-se que alguns instrumentos abrangem um reduzido número de concelhos, e ainda o facto de alguns destes têm uma dimensão territorial limitada a áreas muito

**ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território****ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

concretas do território, sendo disso exemplo os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas ou o Programa de Orla Costeira, cujos perímetros territoriais são muito específicos e estão ancorados nos elementos em que incidem.

Finalmente, e além dos IGT já identificados, considerando a importância temática das alterações climáticas para a utilização sustentável dos recursos hídricos, serão ainda considerados os quadros de objetivos e as medidas de adaptação propostas nos seguintes planos de adaptação às alterações climáticas existentes na área de estudo:

- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo;
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste;
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Beira Baixa (PIAAC BB);
- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa.

Ainda que estes tenham um enquadramento diferenciado face aos demais instrumentos, o facto de terem uma abordagem e metodologia direccionadas para uma problemática muito específica e concreta com implicações quer nos recursos hídricos, quer na agricultura, justifica a sua inclusão.

Por outro lado, tem-se registado uma crescente preocupação relativa a esta problemática ao nível nacional, o que se reflete no facto de várias regiões e municípios terem vindo a desenvolver os seus planos de adaptação.



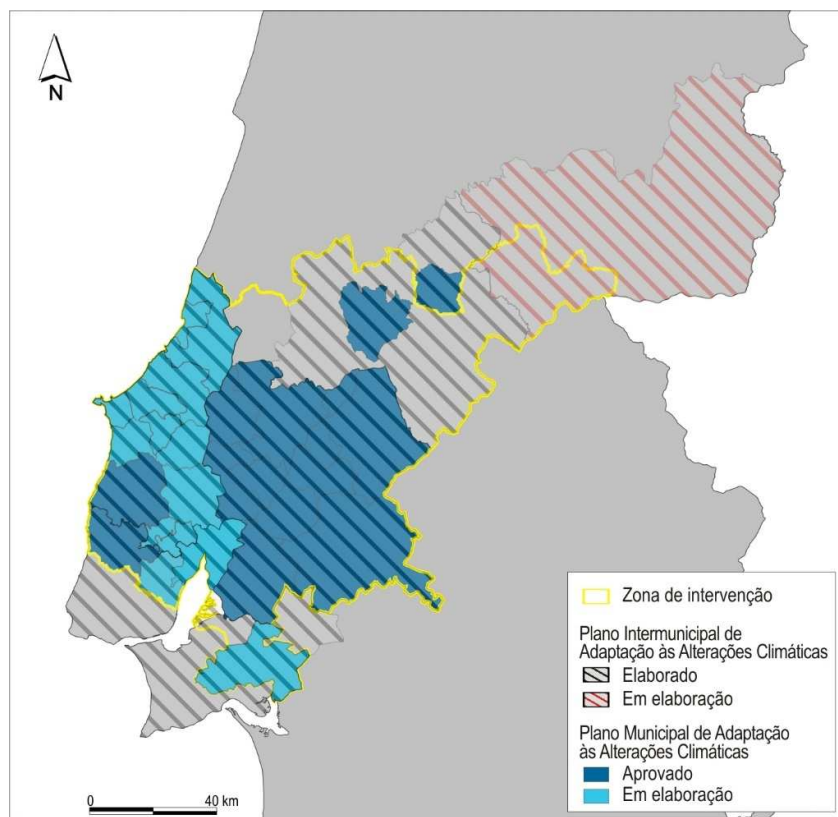


Figura 3 – Situação dos planos de adaptação às alterações climáticas em Portugal continental

Desta forma, reúne-se um conjunto alargado de referências que contribuirá para o reforço da resiliência e da capacidade adaptativa das atividades agrícolas e para um uso mais eficiente e sustentado dos recursos hídricos.

### 3 DISPOSIÇÕES RELEVANTES DOS INSTRUMENTOS DE ÂMBITO SUPRAMUNICIPAL

Considerando os conteúdos dos IGT identificados, procede-se ao reconhecimento das suas principais disposições, designadamente, os princípios, objetivos, orientações, medidas e normas dos documentos identificados que se revestem de importância para a valorização dos recursos hídricos e para a agricultura.

Esta abordagem, transversal a todos os IGT, permite identificar e antecipar eventuais articulações com as novas zonas de regadio a definir, possibilitando também a compreensão do papel atribuído à agricultura e à utilização de recursos hídricos no âmbito territorial de cada um destes instrumentos.

Nos pontos identificam-se as disposições mais relevantes de cada IGT nesta matéria, permitindo uma análise preliminar de contexto a partir das visões de gestão e planeamento territorial de cada instrumento, assim como o papel atribuído aos recursos hídricos e à agricultura enquanto elementos territoriais fundamentais.

## **ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território**

### **ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Saliente-se o facto de, como já referido, à luz das alterações introduzidas pela Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo e do RJIGT, alguns dos planos em análise estarem perto de dar lugar aos seus respetivos programas. Noutros casos, terá lugar a entrada num novo ciclo de planeamento que poderá também ter expressão na alteração dos objetivos e medidas agora identificados.

A ausência de algum IGT das tabelas abaixo significa que não foram identificadas disposições relevantes para o tema nos seus conteúdos.

### 3.1 DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE NÍVEL NACIONAL

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território (PNPOT)  Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro		X		<p>Medida 1.1 - Gerir o recurso água num clima em mudança</p> <p>“Nas condições climáticas mediterrânicas, a água é um dos principais fatores limitantes ao uso do solo, pelo que a sua disponibilidade e regularização assumem uma importância estratégica. Apesar de Portugal ser um País com disponibilidades hídricas relativamente elevadas, a irregularidade na distribuição dos recursos hídricos, em termos espaciais e temporais, tem implicações diretas e indiretas no seu planeamento e gestão. Tudo indica que, num contexto de alterações climáticas, se irão experimentar situações de seca cada vez mais frequentes e, eventualmente, mais prolongadas mas também de ocorrência de cheias que, associadas a fenómenos meteorológicos extremos de precipitação intensa, podem originar situações de risco para populações assim como elevados prejuízos económicos.</p> <p>A correta gestão da água é um fator determinante para a fixação de populações e de atividades económicas. Não menos importante é a necessidade de proteção das populações contra cheias, através de uma gestão das infraestruturas hidráulicas disponíveis e de um correto ordenamento do território. As características hidrológicas do território e os riscos agravados por alterações climáticas determinam desafios muito importantes na gestão dos recursos hídricos, envolvendo múltiplos parceiros e setores de atividade, por vezes com interesses divergentes. Nesta gestão é também essencial ter em conta a importância das bacias transfronteiriças, tendo particular atenção o facto de no território nacional se localizarem as áreas de jusante dessas mesmas bacias hidrográficas.</p> <p>É assim fundamental assegurar uma gestão dos recursos hídricos que permita a sustentabilidade do recurso, tendo em perspetiva a salvaguarda do abastecimento público e a resposta equilibrada à satisfação das necessidades dos vários setores económicos bem como da sustentabilidade dos ecossistemas.”</p>	Todos os concelhos
		X		<p>Medida 3.1 – Reforçar a competitividade da agricultura</p> <p>“A competitividade do setor agrícola é fundamental para gerar valor para os territórios. A melhoria da competitividade e da viabilidade da agricultura portuguesa depende da gestão eficiente dos fatores de produção e da melhoria do desempenho ambiental, de todos os tipos de agricultura, nomeadamente através da conversão para modelos de intensificação sustentável de forma a dar resposta aos vários desafios com que o setor se defronta, nomeadamente os identificados em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Tal justifica-se dado o contexto global em que nos inserimos, no qual o desafio de alimentar e prover produtos e matérias-primas a uma população mundial em crescimento tem de ser compatibilizado com os recursos disponíveis.</p> <p>Salienta-se ainda o desafio que as alterações climáticas colocam à agricultura portuguesa, tendo em conta que se prospektiva que a região mediterrânica seja das mais afetadas, pelo que a gestão eficiente e sustentável dos recursos assume especial relevância. Torna-se, assim, necessária a adoção de processos e técnicas inovadoras e eficientes nesta matéria, valorizando os subprodutos agrícolas e incentivando a utilização e produção de fontes de energias renováveis. Um modelo sustentável passa por uma</p>	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				intensificação que valoriza os processos ecológicos, com o recurso a técnicas mais sustentáveis, fundadas numa melhor valorização dos serviços dos ecossistemas. Passa também por uma inovação que mobiliza e aplica o conhecimento científico e os saberes locais, num quadro de aprendizagem acrescida. Neste contexto, assume também importância a promoção de modelos de agricultura mais sustentáveis, como o modo de produção biológico, dado constituir um modo de produção com um importante contributo no equilíbrio dos ecossistemas, da biodiversidade, do bem-estar dos animais, da preservação dos recursos genéticos vegetais e animais. Paralelamente, é necessário reduzir o desperdício dos produtos agrícolas alimentares, entre o local de produção e de consumo, sendo este um dos desafios mais prementes da sociedade atual, no contexto da transição de uma economia linear para uma economia circular.”	
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis - RH4	X			Objetivo Estratégico 6 - Promover a sustentabilidade económica da gestão da água  A otimização dos custos inerentes à gestão da água bem como a integração do princípio da recuperação de custos, de forma a assegurar a sustentabilidade económica do setor, é um dos desafios mais exigentes na gestão da água. Este objetivo visa ainda a identificação de uma adequada Política de Preços da Água que reflita o valor económico deste recurso e incentive o seu uso eficiente sem, contudo, deixar de ter em conta a competitividade (interna e externa) das empresas e a capacidade de pagamento dos utentes.	Batalha, Ourém, e Porto de Mós
Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro		X		PTE6P03M01_RH4 - Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola Esta medida visa rever e adequar o sistema tarifário praticado no setor agrícola de forma a integrar as exigências comunitárias em matéria de internalização de custos. Incluirá: Análise e proposta de solução para integração de parte dos custos de capital (Taxa de Beneficiação, Taxa de Conservação; Fundo de Reserva, etc.).	
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - RH5	X			Objetivo Estratégico 6 - Promover a sustentabilidade económica da gestão da água  A otimização dos custos inerentes à gestão da água bem como a integração do princípio da recuperação de custos, de forma a assegurar a sustentabilidade económica do setor, é um dos desafios mais exigentes na gestão da água. Este objetivo visa ainda a identificação de uma adequada Política de Preços da Água que reflita o valor económico deste recurso e incentive o seu uso eficiente sem, contudo, deixar de ter em conta a competitividade (interna e externa) das empresas e a capacidade de pagamento dos utentes.	Todos os concelhos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro		X		PTE6P03M01_RH4 - Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola Esta medida visa rever e adequar o sistema tarifário praticado no setor agrícola de forma a integrar as exigências comunitárias em matéria de internalização de custos. Incluirá: Análise e proposta de solução para integração de parte dos custos de capital (Taxa de Beneficiação, Taxa de Conservação; Fundo de Reserva, etc.).	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6	X			Pamela
Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro		X		
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	X			Abrantes, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar
Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003, de 10 de maio			X	



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				propriedade agrícola ou florestal e se destinem à habitação do proprietário ou titular dos direitos de exploração ou dos trabalhadores permanentes.	
Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos  Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2009, de 14 de maio	X			Artigo 2.º Objetivos Para além dos objetivos gerais dos planos especiais de ordenamento do território, o POASD tem por objetivos específicos: a) Salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos, definindo regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira	Peniche
			X	Artigo 17.º Nível de proteção III - Áreas agrícolas e florestais 1 - As áreas agrícolas e florestais correspondem a áreas destinadas à produção agrícola e florestal e integram: a) As áreas de aptidão agrícola classificadas ao abrigo da RAN e que se distribuem pela zona de proteção, nomeadamente as localizadas na margem esquerda, a sul da Atouguia da Baleia; b) Outras áreas agrícolas localizadas, essencialmente, na margem direita da albufeira, a sul de Coimbrã e de Reinaldes; c) As manchas de floresta de produção (pinheiro ou eucalipto). 2 - Nas áreas agrícolas e florestais devem ser promovidos os seguintes usos e atividades: a) Práticas agrícolas e florestais, devendo estas salvaguardar a preservação do solo e da qualidade da água e provendo ainda a conversão do regime de cultura intensivo para um regime de cultura extensivo, limitando o uso de fertilizantes e fitofármacos; b) Práticas florestais, nomeadamente as que se enquadrem nas orientações silvícolas estabelecidas no PROF-Oeste, como sejam as que visam atingir as metas de política florestal contida nas sub-regiões homogêneas abrangidas por este Plano e pelas respetivas funcionalidades florestais; c) O abastecimento de água para consumo humano, a drenagem e o tratamento de esgotos e o abastecimento de energia elétrica, caso não exista rede pública, devem ser assegurados por um sistema autónomo. 3 - Nas áreas agrícolas e florestais e, em particular, nas que se encontrem abrangidas pelo regime da RAN, devem ser adotadas medidas de articulação com os objetivos de conservação da natureza, nomeadamente através da aplicação de «medidas agroambientais» e de apoio à atividade cinegética, assim como deve ser implementado o Código de Boas Práticas Agrícolas, com vista à gestão e racionalização do uso de fertilizantes e fitofármacos, e incentivada a mudança para a prática de agricultura biológica. 4 - Nas áreas agrícolas e florestais é permitida a realização de obras de alteração, ampliação e de conservação em edifícios existentes desde que estes sejam destinados a unidades de TER.	



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				<p>Artigo 18.º</p> <p>Nível de proteção IV - Áreas com utilização agrícola</p> <p>1 - As áreas com utilização agrícola correspondem às áreas onde atualmente ocorre a ocupação agrícola do solo, encontrando-se localizadas fora da bacia hidrográfica da albufeira de São Domingos.</p> <p>2 - As práticas agrícolas a desenvolver nas áreas com utilização agrícola devem conduzir à preservação do solo e da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e promover, ainda, a gestão e racionalização do uso de produtos químicos na agricultura.</p>	
Programa de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril	X			<p>Objetivos</p> <p>Considerando a importância socioeconómica das atividades agrícolas e florestais em algumas freguesias da área de intervenção, o POC-ACE deverá contribuir para salvaguardar e potenciar o desenvolvimento sustentável destes setores, assumindo como principais desafios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar a compatibilidade das atividades e usos agrícolas e florestais com outros usos;</li><li>- Salvaguardar as áreas correspondentes a infraestruturas de apoio que servem de suporte a estas atividades (nomeadamente estufas);</li><li>- Promover condições regulamentares favoráveis à concretização das potencialidades reconhecidas no domínio da agricultura, nomeadamente na região oeste;</li><li>- Promover a articulação e a defesa dos interesses dos diversos agentes, de modo a preservar a prática agrícola e florestal.</li></ul>	Alcobaça, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche e Torres Vedras
			X	<p>NG 9. (...) A atuação da Administração, designadamente no âmbito do planeamento e do ordenamento do território, deve considerar o seguinte:</p> <p>a) Promover atividades de produção agrícolas e florestais economicamente competitivas e respeitadoras do ambiente, da segurança alimentar e do bem-estar animal e da multifuncionalidade dos espaços florestais;</p> <p>b) Promover a adoção de práticas agrícolas das quais não resulte a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente recorrendo a uma eficiente utilização de produtos químicos na produção agrícola e adotando medidas de minimização relativas à poluição difusa;</p> <p>c) Assegurar o cumprimento das orientações de gestão para as práticas agrícolas e silvícolas estabelecidas no Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000);</p> <p>d) Promover a adoção de práticas silvícolas que impeçam a queda de árvores adultas nas praias e que possam ser perniciosos para o uso balnear ou constituam perigo para a navegação, nomeadamente através do corte preventivo das mesmas;</p> <p>e) Assegurar que as intervenções associadas à instalação, manutenção, conservação e exploração florestal dos povoamentos promovem a salvaguarda e a proteção dos recursos hídricos, acautelando a valorização e a potenciação dos bens e serviços das zonas ripícolas e a conservação, valorização, proteção e desenvolvimento dos solos e da sua atividade microbiana e da biodiversidade (para aumento da resiliência dos sistemas), uma vez que, se tratam em grande parte de espaços florestais de proteção;</p> <p>f) Promover a reflorestação de áreas ardidas e aumentar os espaços com espécies autóctones, bem como sensibilizar as populações para os perigos e para as práticas de autoproteção;</p>	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				<p>g) Articular as políticas de gestão e ordenamento florestal com as políticas energéticas, e com as políticas de conservação do solo e da biodiversidade;</p> <p>h) Adotar boas práticas de fertilização com lamas, suportadas, nomeadamente, na análise química das lamas ou em estudos sobre os efeitos do lançamento de lamas na natureza;</p> <p>i) Promover a remodelação e melhoria das estações de tratamento de águas residuais das explorações agrícolas, melhorando as condições de gestão de efluentes agroindustriais;</p> <p>j) Promover a utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais;</p> <p>k) Acautelar a remoção de nutrientes durante o tratamento de águas residuais urbanas ou agroindustriais em zonas vulneráveis aos nitratos;</p> <p>l) Sujeitar os solos suscetíveis de desertificação às normas resultantes da aplicação regional do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação.</p>	
Rede Natura 2000			X	<p>Artigo 9.º Atos e atividades condicionados (nas zonas especiais de proteção)</p> <p>c) As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 5 ha, considerando-se continuidade as ocupações similares que distem entre si menos de 500 m;</p> <p>d) As alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;</p>	Alcanena, Alcobaça, Alcochete, Alenquer, Azambuja, Batalha, Benavente, Cadaval, Ferreira do Zêzere, Golegã, Loures, Lourinhã, Mafra, Óbidos, Ourém, Palmela, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Velha de Ródão
Plano de Ordenamento da do Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros	X			<p>Artigo 2.º</p> <p>Objetivos</p> <p>3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de Maio, são objetivos específicos do POPNSAC:</p> <p>c) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo o ordenamento agrícola, agropecuário, florestal e a indústria extrativa, bem como as atividades de recreio, culturais e turísticas, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das populações de forma sustentada;</p>	Alcanena, Alcobaça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas
Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010 de 12 de Agosto			X	<p>Artigo 7.º</p> <p>Ações e atividades a promover</p> <p>Na área de intervenção do POPNSAC constituem ações e atividades a promover:</p> <p>g) A promoção de práticas agrícolas adequadas à exploração do solo e das quais não resulte a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente pela divulgação de modos de produção integrada e agricultura biológica e pelo fornecimento de informação relativa às boas práticas agrícolas;</p>	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
				<p>Artigo 9.º</p> <p>Atos e atividades condicionados</p> <p>1 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de proteção e do disposto no capítulo vi, ficam sujeitos a parecer do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades, quando realizados em áreas sujeitas a regimes de proteção:</p> <p>b) As utilizações dos recursos hídricos, nomeadamente a abertura de poços, furos e instalação de captações de água superficiais ou subterrâneas;</p> <p>e) A instalação e a ampliação de explorações agrícolas, agropecuárias e agroindustriais, estufas, viveiros, projetos de irrigação ou instalações de tratamento de águas residuais e estaleiros temporários ou permanentes;</p> <p>2 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de proteção, ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades, quando realizados em áreas sujeitas a regimes de proteção:</p> <p>a) A conversão de culturas de sequeiro em culturas de regadio, de culturas anuais em culturas perenes e de culturas agrícolas em culturas florestais, nos termos dos artigos 27.º e 28.º;</p> <p>b) A instalação ou intensificação de culturas agrícolas não tradicionais, de explorações pecuárias ou de povoamentos florestais, nos termos dos artigos 27.º e 28.º;</p> <p>Áreas de proteção complementar do tipo I</p> <p>Artigo 16.º</p> <p>Âmbito e objetivos</p> <p>1 - As áreas de proteção complementar do tipo i correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente às áreas de proteção parcial, incluindo também valores naturais e ou paisagísticos relevantes, designadamente ao nível da diversidade faunística.</p> <p>2 - As áreas de proteção complementar do tipo i englobam as zonas de maior aptidão agrícola e localizam-se sobretudo nas áreas deprimidas, nos vales e no sopé do maciço calcário e no alinhamento das principais falhas estruturais de origem tectónica, que estão na génese da formação das depressões da Mendiga, Alvados e polje de Mira-Minde.</p> <p>3 - Constituem objetivos das áreas de proteção complementar do tipo i:</p> <p>a) Garantir a proteção e a conservação dos solos agrícolas;</p> <p>b) Integrar áreas de transição ou amortecimento de impactes necessárias às áreas de proteção parcial;</p> <p>c) Salvaguardar a diversidade biológica e integridade paisagística das zonas agrícolas pelo carácter específico que as mesmas assumem na paisagem cársica que caracteriza o Parque Natural das Serras de Aire e de Candeeiros:</p>

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
				<p>d) Preservar a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos através do condicionamento das atividades agrícolas e agropecuárias passíveis de contribuir, direta ou indiretamente, para a perda de qualidade dos mesmos.</p> <p>CAPÍTULO VI</p> <p>Usos e atividades</p> <p>Artigo 27.º</p> <p>Agricultura e pecuária</p> <p>1 - A manutenção dos sistemas agrícolas de elevado valor natural, nomeadamente os relvados naturais de Thero-Brachypodietea sob coberto de olival e de prados calcáreos seminaturais, matos baixos mediterrânicos e tomilhais, deve ser assegurada através do pastoreio extensivo com caprinos e ovinos ou de rotações incorporando o pousio.</p> <p>2 - Na área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros devem ser adotadas as práticas agroambientais e silvo-ambientais definidas na Portaria n.º 232-A/2008, de 22 de Março, bem como as alterações que vierem a ser introduzidas, para a intervenção territorial integrada.</p> <p>3 - Compete ao ICNB, I. P., em articulação com as entidades competentes em razão da matéria:</p> <p>a) Promover ações de sensibilização dos agricultores no sentido da adoção de práticas adequadas a evitar a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente no apoio a uma eficiente utilização de produtos fitofarmacêuticos na produção agrícola e no fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção agrícola e modos de produção integrada, entre outras;</p> <p>b) Desenvolver acordos com os agricultores visando a manutenção e a recuperação das atividades agrícolas tradicionais com o recurso à certificação dos produtos e de acordo com o regime de proteção definido para cada área;</p> <p>c) Fornecer apoio técnico aos agricultores, quer no esclarecimento quanto aos apoios financeiros disponíveis, nacionais e comunitários, quer no desenvolvimento de eventuais candidaturas, nomeadamente por programas operacionais de gestão adequados.</p> <p>4 - Nas áreas de proteção parcial do tipo i:</p> <p>a) São interditas as ações que conduzam a alterações à topografia do relevo natural;</p> <p>b) São interditas as ações de deposição e incorporação de efluentes de origem agropecuária no solo (chorume);</p> <p>c) São interditas as ações que conduzam à conversão de áreas naturais em áreas agrícolas;</p> <p>d) São interditos encabeçamentos superiores a duas cabeças normais/ha de superfície forrageira;</p> <p>e) São condicionadas todas as atividades agrícolas, bem como todas as situações que originam alteração do uso do solo.</p> <p>5 - Nas áreas de proteção parcial tipo II e nas áreas de proteção complementar tipo i são condicionadas todas as atividades agrícolas, bem como todas as situações que originam alteração do uso do solo ou que conduzam a uma intensificação de culturas em áreas superiores a 1 ha.</p>

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				6 - Nas áreas de proteção complementar tipo II são condicionadas todas as atividades agrícolas, bem como todas as situações que originam alteração do uso do solo ou que conduzam a uma intensificação de culturas em áreas superiores a 2 ha.	
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida  Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto	X			Artigo 7.º Ações e atividades a promover Na área abrangida pelo POPNA, constituem ações e atividades a promover: c) Promoção de ações de sensibilização para os agricultores e produtores florestais com vista à adoção de práticas adequadas de exploração do solo e que não resultem na degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente na divulgação dos métodos de proteção integrada, produção integrada e agricultura biológica, no apoio à utilização de técnicas de instalação, gestão e manutenção da floresta, e fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção;  DIVISÃO II Áreas de proteção parcial do tipo II Artigo 16.º Âmbito e objetivos 3 - Nestas áreas são permitidas utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais, designadamente a manutenção de habitats e de espécies da fauna e da flora. 4 - Para além do disposto no número anterior, são admitidas utilizações tradicionais do solo e dos recursos hídricos, designadamente para fins agrícolas, florestais ou mistos, desde que constituam suporte dos valores naturais a proteger.  SUBSECÇÃO III Áreas de proteção complementar DIVISÃO I Áreas de proteção complementar do tipo I Artigo 18.º Âmbito e objetivos 3 - Constituem objetivos prioritários das áreas de proteção complementar do tipo I: c) A valorização e a compatibilização das atividades tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, pastoril ou florestal, que constituam o suporte dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística;	Palmela

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
				<p>Artigo 24.º</p> <p>Princípios orientadores</p> <p>Agricultura e pastorícia</p> <p>1 - A prática das atividades de agricultura e pastorícia na área de intervenção do POPNA deve ser realizada em conformidade com as boas práticas agrícolas, com o regime de proteção definido em cada área e de acordo com as recomendações gerais e específicas definidas no presente Regulamento.</p> <p>2 - Todos os projetos de construção de instalações e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e de pastorícia carecem de parecer do PNA.</p> <p>3 - Compete ao PNA:</p> <p>a) Desenvolver acordos com os agricultores, visando a recuperação das atividades agrícolas tradicionais, com o recurso à certificação dos produtos e de acordo com o regime de proteção definido para cada área;</p> <p>b) Promover ações de sensibilização dos agricultores no sentido da adoção de práticas adequadas e de que não resulte a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente no apoio à redução da utilização de produtos químicos na produção agrícola e no fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção agrícola, como são exemplo a agricultura biológica, a proteção integrada e a produção integrada, de entre outras.</p> <p>4 - Para a prossecução das ações e dos objetivos referidos anteriormente, o PNA deve fornecer apoio técnico aos agricultores, quer no esclarecimento quanto aos apoios financeiros disponíveis, sejam nacionais sejam comunitários, quer no desenvolvimento de eventuais candidaturas, nomeadamente por programas operacionais de gestão adequados.</p>	
			X	<p>Artigo 9.º</p> <p>Atividades condicionadas</p> <p>c) Alterações à morfologia do solo ou ao coberto vegetal, com exceção das decorrentes da normal gestão agrícola e florestal</p>	
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional	X			<p>Artigo 8.º</p> <p>Ações e atividades a promover</p> <p>d) A adequação da utilização do solo ao regime de proteção definido pelo presente Regulamento, promovendo os sistemas e práticas de exploração agrícola, pecuária e florestal consentâneas com os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;</p>	Vila Velha de Ródão
Resolução do Conselho de Ministros n.º				<p>CAPÍTULO V</p> <p>Usos e atividades</p> <p>Artigo 28.º</p>	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
176/2008, de 24 de Novembro				<p>Agricultura e pastoreio</p> <p>1 - As atividades agrícolas e pastoris devem ser desenvolvidas de forma a garantir o seu papel essencial na manutenção dos habitats naturais e da estrutura da paisagem, respeitando o disposto no presente Regulamento, na legislação em vigor e no Código das Boas Práticas Agrícolas.</p> <p>2 - Os sistemas de incentivo às atividades agrícolas que venham a incidir especificamente na área de intervenção do POPNTI devem visar de forma prioritária a manutenção dos sistemas extensivos de produção, incluindo:</p> <p>a) Os cereais de sequeiro, as leguminosas e as forragens;</p> <p>b) O sistema policultural tradicional;</p> <p>c) O olival tradicional, exceto o instalado em declives superiores a 16 %;</p> <p>d) A pecuária extensiva com recurso a raças adaptadas às condições locais, incluindo espécies autóctones nacionais e preferencialmente as raças autóctones da região, ovinos (Merinos da Beira Baixa e Churro do Campo) e caprinos (Charnequeira).</p> <p>3 - Na área de intervenção do POPNTI deverão ser fomentados modos de produção sustentáveis, incluindo a produção integrada e a produção biológica em todas as culturas e produções vegetais e animais.</p> <p>4 - Nas áreas não condicionadas à atividade agrícola, o ICNB, I. P., deve informar os agricultores das áreas e períodos ou épocas que considere críticos para a nidificação ou reprodução da fauna existente e acordar com as demais entidades a aplicação de medidas de minimização de eventuais impactes.</p>
			X	<p>Artigo 10.º</p> <p>Atos e atividades condicionados</p> <p>2 - Sem prejuízo dos pareceres, autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de proteção, ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:</p> <p>e) A instalação de atividades agrícolas não tradicionais na área do Parque Natural do Tejo Internacional, designadamente regadios, estufas e estufins;</p>
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado	X			<p>Artigo 7.º</p> <p>Atos e atividades a promover</p> <p>Na área de intervenção do PORNES constituem atos e atividades a promover:</p> <p>m) A promoção de práticas agrícolas e pastoris adequadas à exploração do solo compatíveis com a conservação dos valores naturais em presença e a sustentabilidade socioeconómica da atividade agrícola, nomeadamente através da divulgação de métodos de proteção integrada, produção integrada e agricultura biológica e fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção;</p>



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008, de 24 de Novembro			X	Artigo 9.º Atos e atividades condicionados 1 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como do estabelecido nas disposições específicas das áreas sujeitas a regime de proteção e das demais disposições constantes no presente Regulamento, ficam sujeitas a parecer vinculativo do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades: c) A instalação de explorações agrícolas, agropecuárias ou zootécnicas que impliquem uma nova unidade técnico-económica, bem como a aprovação dos respetivos projetos, com exceção do previsto no âmbito da gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado; d) A realização de quaisquer obras de construção, reconstrução, ampliação ou demolição, fora dos perímetros urbanos, exceto se previstas no âmbito da gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado; j) As utilizações dos recursos hídricos, incluindo a construção de atravessamentos e proteções marginais de cursos de água; l) A alteração da rede de drenagem natural das águas, exceto se previsto no âmbito da gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado; n) As obras de regularização hidráulica na área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado; 2 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de proteção, ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades: b) As ações de nivelamento e redimensionamento de canteiros de arroz realizadas no âmbito da gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado; c) A instalação de estufas, estufins e culturas agrícolas de regadio envolvendo sistemas de drenagem subterrânea, com exceção do previsto no âmbito da gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado;
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo  Resolução do Conselho de Ministros	X			Artigo 7.º Ações e atividades a promover g) O desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis que contribuam ou sejam compatíveis com a conservação dos valores naturais em presença e com a sustentabilidade da própria atividade, designadamente a agricultura biológica, de produção integrada, de proteção integrada e o pastoreio extensivo; TÍTULO III Usos e atividades Artigo 34.º Agricultura e pecuária

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				Descrição
	Objetivo	Medida	Norma		
177/2008, de 24 de Novembro				<p>1 - São permitidas as atividades agrícolas e agropecuárias compatíveis com a conservação dos valores naturais, em conformidade com o disposto no presente Regulamento.</p> <p>2 - As alterações aos sistemas agrícolas e agropecuários na área da RNET que se sobreponham ao AHLGVFX e que provoquem alterações dos habitats naturais em presença, serão enquadradas por um programa de intervenção agrícola, a promover pelo ICNB, I. P., e a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), nos seguintes moldes e objetivos:</p> <p>a) Enquadrar as alterações à utilização agrícola e agropecuária das áreas, de forma a permitir o aproveitamento do seu potencial produtivo, respeitando os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade, sem prejuízo da sustentabilidade socioeconómica da atividade agrícola;</p> <p>b) Promover a aplicação de boas práticas agrícolas;</p> <p>c) Estabelecer um processo de certificação ambiental dos produtos agrícolas e agropecuários.</p> <p>3 - Na elaboração do programa de intervenção agrícola devem participar o ICNB, I. P., a DGADR, a Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira e a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.</p> <p>4 - O plano referido no número anterior deve estar concluído até final de 2009, sendo submetido à aprovação das tutelas respetivas, vigorando até à sua aprovação o disposto no presente Regulamento, no regime jurídico dos aproveitamentos hidroagrícolas e nas regras de gestão agrícola incluídas no Código das Boas Práticas Agrícolas.</p>	
			X	<p>Artigo 9.º</p> <p>Atos e atividades condicionados</p> <p>1 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas das áreas sujeitas a regime de proteção e das demais disposições constantes no presente Regulamento, ficam sujeitas a parecer vinculativo do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:</p> <p>a) A realização de quaisquer obras de construção, reconstrução, ampliação e de alteração, exceto se previstas no projeto do Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (AHLGVFX);</p> <p>c) A alteração da morfologia do solo, designadamente por escavações e aterros, e do coberto vegetal, com exceção da decorrente das normais atividades agrícolas e florestais;</p> <p>2 - Sem prejuízo dos pareceres, das autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de proteção, ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades:</p> <p>f) A afetação de novas áreas para a agricultura intensiva, tal como definida na legislação aplicável, e a alteração da utilização agrícola do solo que afete os habitats em presença, exceto para as áreas do AHLGVFX abrangidas pela Reserva Natural do Estuário do Tejo:</p>	

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				
	Objetivo	Medida	Norma		
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo  Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2008, de 19 de março	X			Artigo 2.º Objetivos 3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de Novembro, na redação dada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2005, de 23 de Março, constituem objetivos específicos do PORNPB: b) Manter áreas sazonalmente inundadas e de uso extensivo, entre a área central e as áreas periféricas de uso agrícola intensivo; e) Adequar as práticas agrícolas, silvícolas, pastoris e piscatórias à gestão sustentável dos recursos e à conservação dos valores naturais; SUBSECÇÃO III Áreas de proteção complementar Artigo 14.º Âmbito e objetivos 2 - As áreas de proteção complementar abrangem as áreas agrícolas, galerias ripícolas, sebes de compartimentação e proteção, depressões sazonalmente inundadas e valas com vegetação natural. 3 - Estas áreas destinam-se ao exercício de atividades agrícolas segundo normas de boas práticas ambientais, com conservação de espécies e habitats naturais e seminaturais complementares das terras diretamente produtivas.	Golegã e Torres Novas
			X	Artigo 15.º Disposições específicas das áreas de proteção complementar Nas áreas de proteção complementar ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes atos e atividades: g) As operações de emparcelamento agrícola;	

### 3.2 DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE NÍVEL REGIONAL

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Objetivo	Tipo Medida	Norma	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro  Não aprovado – documentos de consulta pública	X			<p><b>Objetivo estratégico</b></p> <p>A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;</p> <p><b>Visão Estratégica</b></p> <p>Valorizar e aproveitar as amenidades associadas ao espaço rural, designadamente à agricultura, floresta e aos povoados rurais;</p> <p>Favorecer a emergência e o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, empenhados num modelo territorial e que possam constituir uma alternativa à tradicional visão agrícola do rural e da sua relação com o espaço;</p>
			X	<p><b>Norma de Gestão G2.</b></p> <p>Na valorização sustentável dos sistemas produtivos, o PROT-C considera que às políticas de regulação e gestão territorial não cabe apenas impor limites ao livre funcionamento dos sistemas produtivos, mas contribuir para que esses sistemas produtivos sejam colocados ao serviço da sustentabilidade do território da Região Centro:</p> <p>2. Em matéria de desenvolvimento rural e agricultura deve-se:</p> <p>a. Defender o conceito e as políticas de desenvolvimento rural como princípio fundamental de valorização do território, e a assunção de uma perspectiva territorial para as políticas agrícola e florestal;</p> <p>b. Atribuir aos sistemas produtivos agrícolas e florestais um estatuto de relevante multifuncionalidade, abrangendo aspetos tão diversos como a produção de bens alimentares, de paisagem, de ocupação humana, associação de práticas que visam a conservação dos recursos solo, água, habitats e valores naturais e culturais em estado favorável, que constituem fatores decisivos de valorização do território;</p> <p>c. Maximizar sinergias entre o espaço rural e o urbano, alargando transversalmente a toda a Região a perspectiva da Agenda 21 local;</p> <p>d. Enraizar, como processo determinante do inter-relacionamento rural-urbano e, em especial, nas áreas mais vulneráveis e despovoadas das “unidades territoriais” de baixa densidade, funcionalidades de mobilidade de pessoas e bens;</p> <p>e. Assumir o local, enquanto espaço de cidadania, de produção e de valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, como nível e referencial de desenvolvimento;</p> <p>f. Promover a participação ativa dos agentes regionais e locais da sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural;</p> <p>g. Gerir o solo rural tendo em conta que o seu potencial produtivo pode não coincidir com o critério económico da sua utilização, e que este é sobretudo, condicionado por fatores como: os mercados (agrícolas e florestais; turísticos; residenciais); as políticas públicas e o respetivo enquadramento legislativo; os agentes institucionais e económicos em presença; as tecnologias disponíveis e o histórico da ocupação;</p> <p>h. Salvaguarda dos solos com capacidade produtiva agrícola e florestal;</p>

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial	
	Tipo				Descrição
	Objetivo	Medida	Norma		
				i. Promoção da competitividade das fileiras estratégicas agrícolas e florestais como fator de manutenção da qualidade territorial.	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo  Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto	X			<p>Necessidade identificada</p> <p>Promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território e preservar os solos agrícolas, que são os mais produtivos do país, nomeadamente das pressões da urbanização e de valorizações especulativas;</p> <p>Objetivo Prioritário</p> <p>O reforço da competitividade económica e da sustentabilidade ecológica da agricultura, das explorações agrícolas e florestais;</p> <p>Eixo Estratégico 1 - Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização</p> <p>Objetivos Estratégicos</p> <p>1.2 Apostar na qualificação territorial através do reforço de infraestruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agroalimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura</p> <p>Eixo Estratégico 2 - Potenciar as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental</p> <p>Objetivos Estratégicos</p> <p>1.3 Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agroflorestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspetiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.</p> <p>Eixo Estratégico 4 - Descobrir as novas ruralidades</p> <p>Objetivos Estratégicos</p> <p>1.1 Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agropecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.</p>	



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo			
	Objetivo	Medida	Norma	
				<p>1.3.12.1 — Assegurar a manutenção da agricultura como fator de qualificação da paisagem e de equilíbrio dos ecossistemas e da ocupação do território.</p> <p>1.3.16 — Lezíria do Tejo</p> <p>1.3.16.1 — Promover a manutenção da lezíria do Tejo como área de excelência para a agricultura metropolitana e para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano.</p>
			X	<p>2 — Normas específicas</p> <p>2.2 — Estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental</p> <p>2.2.7 — Áreas agrícolas, florestais, silvestres e naturais</p> <p>2.2.7.1 — Os IPT devem:</p> <p>a) Identificar e delimitar os recursos naturais importantes para a produção agrária, assim como os melhores solos destinados à instalação ou manutenção das atividades agrícolas e florestais, ou à manutenção de áreas no estado silvestre ou natural, no sentido de os libertar da pressão urbanística, definindo regulamentos de uso que não permitam ou promovam a alteração dos fatores fundamentais que levaram à sua inclusão naquelas categorias. Esta delimitação deve ser particularmente rigorosa nas áreas estruturantes e vitais da REM;</p> <p>b) Acautelar a proliferação da edificação dispersa nas áreas agrícolas, florestais ou naturais, seja com fins habitacionais de primeira ou segunda residência, sejam equipamentos ou instalações industriais ou de armazenagem. Nos casos de instalações de apoio à atividade agrícola deve ser demonstrada sempre a sua imprescindibilidade para a exploração e a não existência de alternativas de localização na envolvente ou proximidade dos núcleos rurais.</p> <p>2.2.9 — Reserva Agrícola Nacional</p> <p>2.2.9.1 — Em processo de elaboração ou revisão dos PDM, deve proceder-se à revisão da delimitação das áreas abrangidas pelo regime da Reserva Agrícola Nacional, integrando as indicações do PROTAML no que diz respeito aos aspetos normativos e à cartografia dos solos efetuada.</p> <p>2.2.9.2 — Quanto ao regime de edificabilidade nas áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional, recomenda-se que sejam introduzidas com eficácia, no âmbito do regulamento dos PDM, disposições que impeçam ou combatam a habitação dispersa ou o uso de solos classificados para outros fins que alterem a sua capacidade produtiva.</p> <p>2.7 — Atividades económicas</p> <p>2.7.1 — Os IPT devem:</p> <p>a) Enquadrar os espaços agrícolas, florestais e agroflorestais, produtivos ou não, nas perspetivas e políticas de desenvolvimento e ordenamento, classificando-os quanto ao seu valor estratégico e estabelecendo medidas urbanísticas para a sua proteção e valorização;</p>

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

#### 3.3 DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS INTERMUNICIPAL

Instrumento	Disposições Relevantes			Abrangência territorial
	Tipo		Descrição	
	Objetivo	Medida		
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações da Lezíria do Tejo		X	Medida C1. Estruturas de retenção de água Ação C1.16 Açude na Vala Real de Azambuja  Medida C4. Sistema de diques e estruturas de contenção Ação C4.1 Reabilitação Estrutural de Diques	Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste		X	Agricultura e Florestas  Medida 1 Promover a implementação técnica de práticas de agricultura de conservação para maior proteção dos solos Linha de Intervenção (LI) 1.1. Divulgação de boas práticas de uso e conservação do solo LI1.2. Implementação, monitorização e avaliação periódica das características físico-químicas dos solos (em áreas de RAN e REN) Orientação Setorial (OS) 1.1. Divulgação de guias de boas práticas agrícolas e silvícolas com vista à prática da adaptação às alterações climáticas  Medida 2 Promover sistemas produtivos menos exigentes em água e matéria orgânica e/ou mais adaptados a temperaturas mais elevadas LI2.1. Apoio à investigação e vulgarização de variedades vegetais mais resilientes e adaptadas (em particular vinha, hortícolas e frutícolas) LI2.3. Apoio à investigação do efeito do aumento do CO2 e das temperaturas (mínima, média e máxima), bem como da diminuição de dias com geada, sobre a produtividade das culturas (em particular vinha, hortícolas e frutícolas) OS2.1. Estudo dos cenários de evolução das variáveis relevantes para a agricultura e florestas, com desenvolvimento de modelos de produção alternativos  Medida 3 Aumentar a capacidade de armazenamento de água LI3.1. Construção de infraestruturas municipais de retenção de água (barragens e açudes de média e pequena dimensão) para uso agrícola LI3.2. Apoio financeiro à construção de pequenas barragens e charcas de cariz privado para retenção de água destinada ao uso agrícola LI3.3. Criação de sistemas integrados de monitorização e avaliação da quantidade de água retida/armazenada e transferida para rega OS3.1. Reforço da disponibilidade de água para a agricultura	Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes		Abrangência territorial	
	Tipo			
	Objetivo	Medida		
			Medida 4 Aumentar a capacidade de reforço sustentável das reservas hídricas disponíveis para a agricultura LI4.2. Aumento da fiscalização das captações particulares de água, visando a deteção de furos ilegais LI4.3. Promoção de um estudo sobre a possibilidade de diferenciação seletiva dos preços da água para utilização agrícola	
Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa		X	Agricultura e Florestas  Medida 1. Promover a instalação de sistemas produtivos com maior eficiência hídrica e/ou mais resistentes às elevadas temperaturas A1.1. Apoio financeiro aos agricultores que adotem soluções de regadio – na vinha, horticultura, fruticultura e floricultura - mais eficientes na utilização da água e métodos de agricultura de precisão A1.2. Apoio à investigação e à vulgarização técnica (informação, divulgação e aplicação) de variedades vegetais mais resilientes e adaptadas à escassez de água e às elevadas temperaturas, em particular na vinha, hortícolas, frutícolas e flores de corte  M3. Aumentar a capacidade de armazenamento de água A3.1. Construção de infraestruturas municipais de retenção de água (reservatórios e açudes de média e pequena dimensão) para aprovisionamento de água para uso agrícola A3.2. Apoio financeiro à construção, reabilitação e modernização de reservatórios e charcas, de cariz privado, para retenção de água destinada ao uso agrícola A3.3. Criação de sistemas integrados de gestão, monitorização e avaliação da quantidade de água retida/armazenada e transferida para rega  M4. Promover a implementação de práticas de agricultura de conservação para maior proteção dos solos A4.2. Implementação, monitorização e avaliação periódica das características físico-químicas dos solos (em áreas de risco, RAN e REN)  M10. Promover a instalação de (infra)estruturas sustentáveis, resistentes e duráveis de apoio à atividade hortofrutícola e florícola A10.1. Inventariação das (infra)estruturas agrícolas existentes, tendo em vista a sua avaliação técnica face à resistência a eventuais intempéries (ventos fortes, tempestades, tornados, trovoadas) A10.2. Apoio financeiro à instalação ou reconversão de estruturas de agricultura forçada (estufas, estufins) em material ambientalmente sustentável, mais resistente a eventuais intempéries  Recursos Hídricos  M6. Adotar boas práticas de gestão de água na agricultura.	Alcochete, Loures, Mafra, Palmela, Vila Franca de Xira

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Instrumento	Disposições Relevantes		Abrangência territorial
	Tipo		
	Objetivo	Medida	
			<p>A6.1. Sensibilização dos pequenos agricultores para a eficiência hídrica.</p> <p>A6.2. Promoção de incentivos e apoios ao uso das tecnologias de rega eficientes e cumprimento das boas práticas agrícolas, premiando os que atingem objetivos estipulados.</p> <p>A6.3. Monitorização dos consumos de água para rega.</p>

#### **4 INSTRUMENTOS DE NÍVEL MUNICIPAL COM INCIDÊNCIA NA ÁREA DE ESTUDO**

Ao nível municipal, a relevância da análise da valorização dos recursos hídricos para a agricultura no Vale do Tejo e Oeste incide principalmente sobre o Plano Diretor Municipal (PDM), o instrumento de referência no planeamento territorial de cada município.

De acordo com a mais recente versão do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, o Plano Diretor Municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais (plano de urbanização e plano de pormenor).

Neste contexto, o PDM é um instrumento que estabelece o regime de uso do solo por via dos modelos de ocupação territorial, em função do seu aproveitamento, visando a sustentabilidade socioeconómica e ambiental.

Devido ao enquadramento proporcionado pelo RJIGT, e uma vez que apenas os planos municipais determinam a classificação e qualificação do solo, assim como a sua execução e programação, o PDM deverá integrar e adaptar as orientações de desenvolvimento territorial decorrentes dos programas de âmbito nacional, regional e sub-regional.

A área de estudo é coberta por 43 Planos Diretores Municipais desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos.

##### **4.1 SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS**

Nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e do n.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, foi estabelecido um prazo para que as regras vinculativas dos privados fossem transpostas para os planos municipais de ordenamento do território e para que os PDM se adaptassem ao regime de classificação e qualificação previsto no RJIGT.

Todavia, em virtude de diversas vicissitudes, com especial relevância para a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, estes prazos têm vindo a sofrer regulares derrogações. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, ficou estabelecido que até 31 de dezembro de 2022 os planos municipais ou intermunicipais devem, incluir as regras de classificação e qualificação e que *“se até 31 de março de 2022, não tiver lugar a primeira reunião da comissão consultiva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, ou a conferência procedimental a que se refere o n.º 3 do artigo 86.º do presente decreto-lei, por facto imputável ao município ou à associação de municípios em questão, é suspenso o direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais que não sejam relativos à saúde, educação, habitação ou apoio social, até à conclusão do procedimento de alteração ou revisão do plano territorial em causa, não havendo lugar à celebração de contratos-programa.”*

Mais recentemente, em julho de 2022, foi aprovado o decreto-lei que determina novamente a prorrogação dos prazos estabelecidos no artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), para efeitos de inclusão, nos planos municipais ou intermunicipais,



## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

#### 4.2 ÁREAS DE USO CONDICIONADO

##### 4.2.1 USO DO SOLO PROGRAMADO

A inserção da área de estudo no modelo de ordenamento territorial vigente, definido nos Planos Diretores Municipais, e nas condicionantes e servidões administrativas aplicáveis, é fundamental para a aferição das áreas potenciais de aproveitamento hidroagrícola.

Assim, num primeiro momento, após a delimitação preliminar das áreas com aptidão realizada na atividade 5 (Avaliação da Aptidão do Potencial das Terras para Regadio) procurou-se efetuar uma análise pormenorizada associada à programação do uso do solo estabelecida nos PDM.

Do cruzamento dos espaços com potencial para se constituírem como novas áreas de aproveitamento hidroagrícola com as áreas ocupadas/destinadas a usos incompatíveis com o aproveitamento hidroagrícola, definidos nos IGT em vigor, segundo a Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021) que tem por base os PDM em vigor, conclui-se que dos 801.267,32 ha (área potencial de estudo) cerca de 96.175,32 ha (cerca de 12% da área), possui ou está destinada a usos incompatíveis com o aproveitamento, nomeadamente associados a solo urbano/urbanizável.

Tabela 3. Regime de uso do solo, na área de estudo potencial, por Concelho, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021)

Concelho	Classe e uso do solo	Área (ha)	% da área de estudo potencial
ABRANTES	Solo Rústico	44,3	0,01%
	Solo Urbano	1.289,3	0,16%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	997,7	0,12%
ALCANENA	Solo Rústico	372,8	0,05%
	Solo Urbano	1.028,5	0,13%
ALCOBAÇA	Solo Rústico	41,4	0,01%
	Solo Urbano	3.780,4	0,47%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	907,0	0,11%
ALCOCHETE	Solo Urbano	204,2	0,03%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	472,4	0,06%
ALENQUER	Solo Rústico	1.067,6	0,13%
	Solo Urbano	1.644,4	0,21%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	854,0	0,11%
ALMEIRIM	Solo Rústico	15,2	0,00%
	Solo Urbano	1.212,4	0,15%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	471,2	0,06%
ALPIARÇA	Solo Rústico	106,0	0,01%
	Solo Urbano	584,3	0,07%
ARRUDA DOS VINHOS	Solo Urbano	381,3	0,05%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	297,2	0,04%
AZAMBUJA	Solo Rústico	25,1	0,00%
	Solo Urbano	903,6	0,11%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	484,3	0,06%
BATALHA	Solo Rústico	308,5	0,04%
	Solo Urbano	1.039,6	0,13%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	67,5	0,01%

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Concelho	Classe e uso do solo	Área (ha)	% da área de estudo potencial
BENAVENTE	Solo Rústico	4.652,0	0,58%
	Solo Urbano	2.758,1	0,34%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	594,3	0,07%
BOMBARRAL	Solo Rústico	104,8	0,01%
	Solo Urbano	591,9	0,07%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	453,2	0,06%
CADAVAL	Solo Rústico	7,2	0,00%
	Solo Urbano	962,7	0,12%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	422,9	0,05%
CALDAS DA RAINHA	Solo Rústico	426,8	0,05%
	Solo Urbano	1.874,9	0,23%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.128,4	0,14%
CARTAXO	Solo Rústico	76,2	0,01%
	Solo Urbano	946,3	0,12%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	200,3	0,02%
CHAMUSCA	Solo Rústico	74,9	0,01%
	Solo Urbano	840,4	0,10%
CONSTÂNCIA	Solo Rústico	149,0	0,02%
	Solo Urbano	372,8	0,05%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	106,4	0,01%
CORUCHE	Solo Urbano	2.390,8	0,30%
ENTRONCAMENTO	Solo Rústico	213,8	0,03%
	Solo Urbano	598,1	0,07%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	174,9	0,02%
FERREIRA DO ZÊZERE	Solo Urbano	1.440,6	0,18%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	48,3	0,01%
GOLEGÃ	Solo Urbano	279,4	0,03%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	91,6	0,01%
LOURES	Solo Rústico	185,4	0,02%
	Solo Urbano	2.996,4	0,37%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	596,5	0,07%
LOURINHÃ	Solo Rústico	220,4	0,03%
	Solo Urbano	1.522,2	0,19%
MAÇÃO	Solo Rústico	42,0	0,01%
	Solo Urbano	260,3	0,03%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	82,5	0,01%
MAFRA	Solo Rústico	348,4	0,04%
	Solo Urbano	3.443,5	0,43%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	191,5	0,02%
NAZARÉ	Solo Rústico	127,5	0,02%
	Solo Urbano	559,1	0,07%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	396,1	0,05%
ÓBIDOS	Solo Rústico	93,0	0,01%
	Solo Urbano	472,7	0,06%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	693,5	0,09%
OURÉM	Solo Rústico	1.979,8	0,25%
	Solo Urbano	4.037,6	0,50%
PALMELA	Solo Urbano	808,7	0,10%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.881,7	0,23%
PENICHE	Solo Urbano	783,4	0,10%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	497,7	0,06%
PORTO DE MÓS	Solo Rústico	475,6	0,06%
	Solo Urbano	2.075,6	0,26%

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

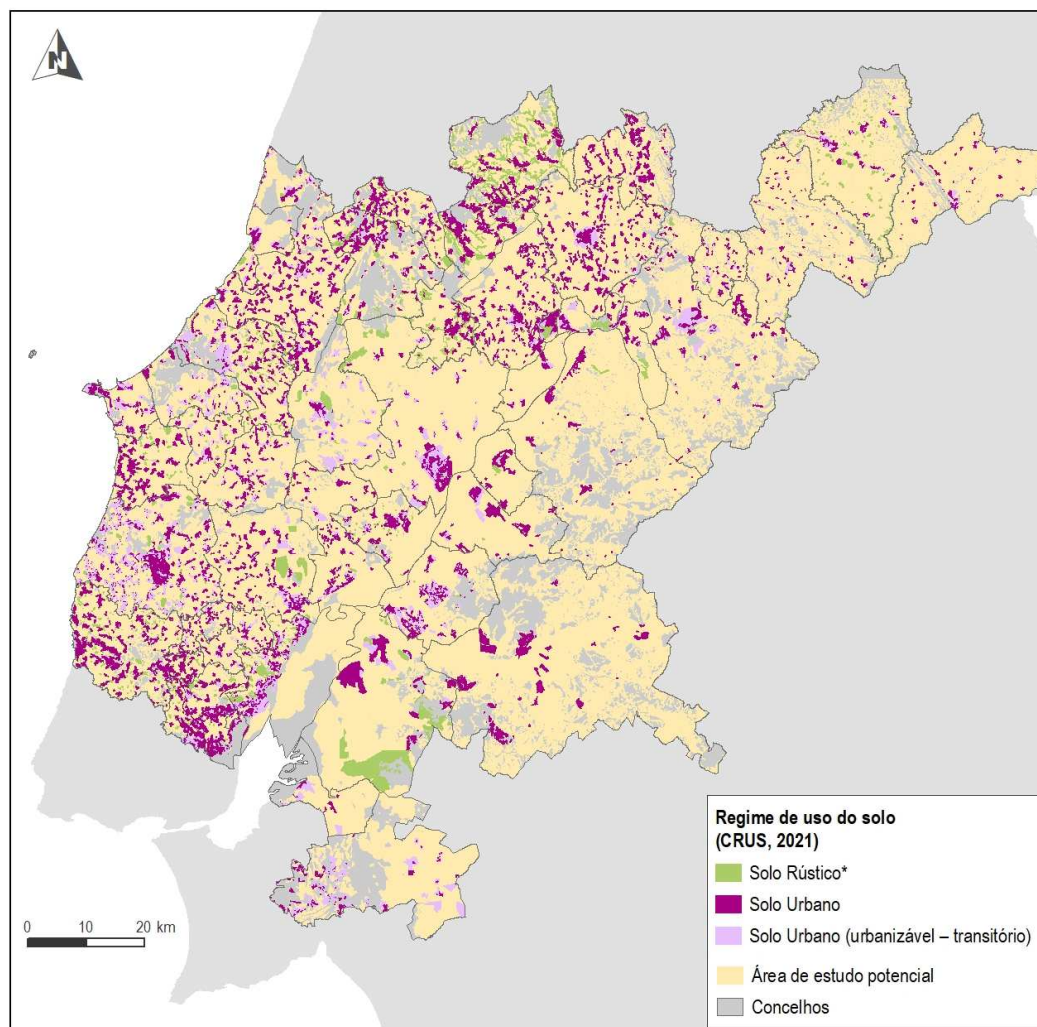
## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Concelho	Classe e uso do solo	Área (ha)	% da área de estudo potencial
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	207,0	0,03%
PROENÇA-A-NOVA	Solo Rústico	537,4	0,07%
	Solo Urbano	464,5	0,06%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	235,0	0,03%
RIO MAIOR	Solo Rústico	444,5	0,06%
	Solo Urbano	671,6	0,08%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.508,4	0,19%
SALVATERRA DE MAGOS	Solo Rústico	14,8	0,00%
	Solo Urbano	1.614,5	0,20%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.188,0	0,15%
SANTARÉM	Solo Rústico	634,6	0,08%
	Solo Urbano	2.175,5	0,27%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.897,2	0,24%
SARDOAL	Solo Rústico	15,9	0,00%
	Solo Urbano	259,5	0,03%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	158,5	0,02%
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Solo Urbano	480,8	0,06%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	102,3	0,01%
TOMAR	Solo Urbano	2.685,2	0,34%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	708,2	0,09%
TORRES NOVAS	Solo Rústico	17,7	0,00%
	Solo Urbano	2.467,2	0,31%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	486,0	0,06%
TORRES VEDRAS	Solo Rústico	353,1	0,04%
	Solo Urbano	3.918,7	0,49%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	2.840,1	0,35%
VILA FRANCA DE XIRA	Solo Rústico	476,4	0,06%
	Solo Urbano	1.714,2	0,21%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	1.219,2	0,15%
VILA NOVA DA BARQUINHA	Solo Rústico	198,0	0,02%
	Solo Urbano	331,7	0,04%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	353,8	0,04%
VILA VELHA DE RÓDÃO	Solo Rústico	14,6	0,00%
	Solo Urbano	322,4	0,04%
	Solo Urbano (urbanizável - transitório)	106,1	0,01%
Total		96.175,3	12,00%

Em suma, verifica-se que da globalidade da área com potencial, cerca de 59.189,6 ha estão programados como solo urbano, 23.121,1 ha como solo urbanizável (transitório) e 13.864,6 ha como solo rústico em categorias impeditivas do aproveitamento hidroagrícola (aglomerados rurais, espaços de atividades industriais, espaços de equipamentos e infraestruturas, espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos, espaços de ocupação turística).





\* Solo rústico integra as categorias: aglomerados rurais; espaço de atividades industriais; espaço de equipamentos e infraestruturas; espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos; espaço de ocupação turística

Figura 2 – Regime de uso do solo, na área de estudo potencial, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021)



**ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território**

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Tabela 4. Solo urbanizável (transitório), na área de estudo potencial, por Concelho, com base na Carta do Regime do Uso do Solo (Direção Geral do Território, 2021)

Concelho	Designação	Área (ha)	% da área de estudo potencial
ABRANTES	Espaço urbanizável - Espaço verde e de proteção	147,1	0,02%
	Espaço urbanizável - Expansão	630,3	0,08%
	Espaço urbanizável - Expansão (Rossio ao Sul do Tejo)	140,6	0,02%
	Espaço urbanizável - Reserva	79,7	0,01%
ALCANENA	-	0	0,00%
ALCOBAÇA	Espaço Urbanizável	817,5	0,10%
	Espaços Industriais - Indústria proposta	66,3	0,01%
	Espaços Industriais - Indústria proposta e Proteção da Paisagem e Recursos Naturais - REN	23,2	0,00%
ALCOCHETE	Espaço urbanizável de expansão - Alcochete	6,0	0,00%
	Espaço urbanizável de expansão - Alcochete/São Francisco	177,4	0,02%
	Espaço urbanizável de expansão - Samouco	10,4	0,00%
	Espaço urbanizável de expansão - São Francisco	11,6	0,00%
	Espaço urbanizável de expansão - São Francisco/Alcochete	68,8	0,01%
	Espaço urbanizável industrial	198,2	0,02%
ALENQUER	Espaço Industrial com ocupação programada	252,4	0,03%
	Espaço Urbanizável	399,2	0,05%
	Grande Equipamento e Grande Infraestrutura (Área Desportiva)	4,5	0,00%
	Grande Equipamento e Grande Infraestrutura (Escola do Ensino Básico)	7,5	0,00%
	Grande Equipamento e Grande Infraestrutura (Parque Urbano)	10,4	0,00%
	Novo Espaço Industrial	180,1	0,02%
ALMEIRIM	Áreas Urbanas - Área de Expansão (Centro Concelhio de 2ª Ordem)	33,9	0,00%
	Áreas Urbanas - Área de Expansão (Centro Sub-regional e Concelhio Principal)	141,1	0,02%
	Áreas Urbanas - Área de Indústria - Proposta	52,7	0,01%
	Áreas Urbanas - Área de Indústria - Proposta (Centro Concelhio de 2ª Ordem)	9,1	0,00%
	Áreas Urbanas - Área de Reserva para a Indústria	23,1	0,00%
	Áreas Urbanas - Área de Reserva para Actividades Diversificadas	143,9	0,02%
	Áreas Urbanas - Área de Reserva para Actividades Diversificadas (Centro Sub-regional e Concelhio Principal)	2,5	0,00%
	Áreas Urbanas - Zona Verde Proposta (Centro Concelhio de 2ª Ordem)	34,3	0,00%
	Áreas Urbanas - Zona Verde Proposta (Centro Sub-regional e Concelhio Principal)	30,6	0,00%
ALPIARÇA	-	0	
ARRUDA DOS VINHOS	Área Urbanizável	198,9	0,02%
	Área Urbanizável - Área Verde	27,5	0,00%
	Espaços Industriais - Área Industrial Proposta	70,9	0,01%
AZAMBUJA	Equipamento Proposto - Pavilhão Gimnodesportivo	1,4	0,00%
	Equipamento Proposto - Piscinas Municipais	1,4	0,00%
	Espaço Urbanizável	221,1	0,03%

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Concelho	Designação	Área (ha)	% da área de estudo potencial
	Espaços Industriais - proposto	260,5	0,03%
BATALHA	Solo Urbano - Solos Urbanizáveis - Espaços de Atividades Económicas	42,3	0,01%
	Solo Urbano - Solos Urbanizáveis - Espaços de Uso Especial de Equipamentos	6,1	0,00%
	Solo Urbano - Solos Urbanizáveis - Espaços Residenciais - Tipo I	6,1	0,00%
	Solo Urbano - Solos Urbanizáveis - Espaços Residenciais - Tipo II	13,1	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço de Atividades Económicas (Expansão)	456,6	0,06%
BENAVENTE	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço de Uso Especial (Expansão) - Equipamentos	55,8	0,01%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço Residencial (Expansão)	56,4	0,01%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço Urbano de Baixa Densidade (Expansão)	25,4	0,00%
	Espaços para Indústria Transformadora - Área Reservada para Pirotecnia	32,4	0,00%
BOMBARRAL	Espaços Urbanizáveis - Área de Expansão dos Aglomerados Urbanos	393,2	0,05%
	Espaços Urbanizáveis - Área Urbanizável Especial	27,7	0,00%
	Espaços Industriais - Área Industrial Proposta	42,9	0,01%
CADAVAL	Espaços Urbanizáveis - Área Urbanizável	370,6	0,05%
	Espaços Urbanizáveis - Área Urbanizável Verde	9,4	0,00%
	Espaço Industrial - Área Industrial Proposta	99,2	0,01%
CALDAS DA RAINHA	Espaço Urbanizável	334,2	0,04%
	Espaço Urbanizável - Nível 1	522,8	0,07%
	Espaço Urbanizável - Nível 1 (Área urbanizável de equipamento coletivo)	0,1	0,00%
	Espaço Urbanizável de nível 2	6,7	0,00%
	Espaço Urbanizável de turismo	165,4	0,02%
	Área Urbanizável	193,7	0,02%
CARTAXO	Espaços Industriais - Área Industrial Proposta	6,6	0,00%
CHAMUSCA	-	0	
CONSTÂNCIA	Espaço de Atividades Económicas	14,3	0,00%
	Espaço de Uso Especial - Equipamento	15,0	0,00%
	Espaço de Uso Especial - Turismo	5,2	0,00%
	Espaço Residencial Urbanizável - Tipo I	4,6	0,00%
	Espaço Residencial Urbanizável - Tipo II	47,3	0,01%
	Espaço Verde	5,2	0,00%
	Espaço Verde - Proteção e Enquadramento	15,0	0,00%
CORUCHE	-	0	
ENTRONCAMENTO	Área Urbanizável	84,7	0,01%
	Áreas Industriais - proposta	53,4	0,01%
	Equipamentos - Novo ou expansão dos atuais	36,8	0,00%
FERREIRA DO ZÊZERE	Espaço Industrial - proposto	7,3	0,00%
	Espaço Urbanizável	41,0	0,01%
GOLEGÃ	Espaço Urbanizável	91,6	0,01%
LOURES	Solo Urbano - Solo Urbanizado - Espaços verdes - Verde de recreio e lazer	190,2	0,02%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços de atividades económicas – Ciência e tecnologia	25,1	0,00%

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Concelho	Designação	Área (ha)	% da área de estudo potencial
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços de atividades económicas - Indústria e terciário	310,2	0,04%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços de uso especial - Equipamentos e outros usos de interesse público	34,2	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços residenciais - Habitacionais - Tipo A a C	36,1	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços verdes - Áreas de requalificação ambiental	0,7	0,00%
LOURINHÃ	-	0	
MAÇÃO	Espaço Urbanizável	82,5	0,01%
MAFRA	Solo Urbano - Solo Urbanizável	191,5	0,02%
NAZARÉ	Espaço Urbanizável	378,9	0,05%
	Espaços Industriais - Proposto	11,0	0,00%
	Espaços Urbanizáveis - Zona de Desenvolvimento Turístico da Pederneira	6,1	0,00%
	Espaço Urbanizável - Nível 1	105,3	0,02%
ÓBIDOS	Espaço Urbanizável - Nível 2	398,3	0,07%
	Espaços Industriais - Área Industrial Proposta	51,7	0,01%
	Espaços Urbanizáveis - Área de Equipamento	17,2	0,00%
	Espaços Urbanizáveis - Área Verde Urbana		
OURÉM	-	0	
PALMELA	Área Verde Livre Urbana	61,2	0,01%
	Espaço de Ocupação Turística	602,0	0,08%
	Espaço Industrial Previsto	367,6	0,05%
	Espaços Urbanizáveis - Alta Densidade	14,6	0,00%
	Espaços Urbanizáveis - Baixa Densidade	659,8	0,08%
	Espaços Urbanizáveis - Média Densidade	146,6	0,02%
	Verde de Recreio e Lazer	29,9	0,00%
PENICHE	Espaço Urbanizável	436,2	0,05%
	Espaços Industriais - Espaço proposto	61,5	0,01%
PORTO DE MÓS	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços de Atividades Económicas	42,9	0,01%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços de Uso Especial	0,8	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços Residenciais-Tipo I	38,8	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços Residenciais-Tipo II	42,1	0,01%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços Residenciais-Tipo III	37,1	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços Verdes	45,3	0,01%
PROENÇA-A-NOVA	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço Central	0,9	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço de Atividades Económicas	0,5	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaço de Uso Especial	0,9	0,00%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços Residenciais-Área Residencial Tipo I	108,7	0,01%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços Residenciais-Área Residencial Tipo II	110,8	0,01%
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços Verdes - Área Verde de Proteção e Enquadramento	10,4	0,00%

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Concelho	Designação	Área (ha)	% da área de estudo potencial
	Solo Urbano - Solo Urbanizável - Espaços Verdes - Área Verde de Recreio e Lazer	2,8	0,00%
RIO MAIOR	Espaços Industriais - Área de Expansão da Zona Industrial	88,7	0,01%
	Espaços Industriais - Área de Reserva e Enquadramento da Zona Industrial	12,9	0,00%
	Espaços Urbanizáveis - Área de Expansão dos Núcleos Urbanos	1.127,6	0,14%
	Espaços Urbanizáveis - Área de Implantação de Equipamento Turístico e Zona Turística	279,3	0,03%
SALVATERRA DE MAGOS	Espaço industrial - Área industrial proposta	185,4	0,02%
	Espaço Urbanizável - Área Urbanizável	1.002,6	0,13%
SANTARÉM	Espaço Urbanizável	728,9	0,09%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço Habitacional Alta Densidade	23,7	0,00%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço Habitacional Baixa Densidade	62,0	0,01%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço Habitacional Média Densidade	322,0	0,04%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço para Uso Misto	90,2	0,01%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço Verde Urbano	145,8	0,02%
	Espaços Urbanizáveis - Espaço Verde Urbano de Integração Paisagística de Infraestruturas	461,9	0,06%
	Espaços Urbanizáveis - Zona de Povoamento Disperso a Estruturar	62,7	0,01%
	Espaço Urbanizável - Área Urbanizável	152,7	0,02%
SARDOAL	Espaço urbano - Área urbana verde	5,8	0,00%
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Espaço Urbanizável - Área Urbanizável	75,7	0,01%
	Espaços Industriais - Área Industrial proposta	26,7	0,00%
TOMAR	Espaço Urbanizável	583,6	0,07%
	Espaços Industriais - Existente	11,5	0,00%
	Espaços Industriais - Proposto	113,1	0,01%
TORRES NOVAS	Espaço Urbanizável	486,0	0,06%
TORRES VEDRAS	Área de aptidão turística	147,8	0,02%
	Área de equipamento proposto	75,1	0,01%
	Área de indústria proposta	391,2	0,05%
	Área Urbanizável	2.226,0	0,28%
VILA FRANCA DE XIRA	Espaço a urbanizar em regime especial	84,1	0,01%
	Espaço a urbanizar tipo I	18,6	0,00%
	Espaço a urbanizar tipo II	96,7	0,01%
	Espaço a urbanizar tipo III	103,9	0,01%
	Urbanização possível de programar - Espaço para multiuso	169,4	0,02%
	Urbanização possível de programar - Espaço para turismo	24,8	0,00%
	Urbanização possível de programar - Solo afeto à estrutura ecológica urbana	721,7	0,09%
VILA NOVA DA BARQUINHA	Espaço predominantemente urbano - Espaço industrial proposto	40,3	0,01%
	Espaço predominantemente urbano - Espaço urbanizável	13,8	0,00%
	Espaço predominantemente urbano - Espaço urbanizável - Nível I	3,4	0,00%

Concelho	Designação	Área (ha)	% da área de estudo potencial
	Espaço predominantemente urbano - Espaço urbanizável - Nível II	244,5	0,03%
	Espaço predominantemente urbano - Zona desportiva de lazer	51,8	0,01%
VILA VELHA DE RÓDÃO	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços de atividades económicas urbanizáveis	66,6	0,01%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços de uso especial urbanizáveis	1,0	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços residenciais urbanizáveis-Áreas residenciais de tipo I urbanizáveis	0,6	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços residenciais urbanizáveis-Áreas residenciais de tipo II urbanizáveis	18,9	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços residenciais urbanizáveis-Áreas residenciais de tipo III urbanizáveis	10,3	0,00%
	Solo Urbano-Solos Urbanizáveis-Espaços verdes de recreio e lazer	8,6	0,00%
	Total	23.121,1	3%

#### 4.2.2 CONDICIONANTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

##### 4.2.2.1 METODOLOGIA

As restrições de utilidade pública têm um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionantes à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e ações compatíveis com os objetivos desses regimes nos vários tipos de áreas e com a observância dos limites e condições aí definidos.

Em Portugal, existem duas restrições de utilidade pública: a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Estas duas situações estabelecem de forma distinta condicionantes ou limitações ao desenvolvimento do aproveitamento hidroagrícola que importa analisar de forma detalhada.

Dados os constrangimentos metodológicos encontrados, não foi possível realizar uma análise espacialmente sistemática das implicações na Reserva Ecológica Nacional (não é possível desenvolver um exercício sistemático para todos os concelhos abrangidos, dado o diferente estado de maturidade/atualidade da informação existente - número muito reduzido de REN atualizadas, nos concelhos que integram a área de estudo potencial).

Procurou-se assim realizar uma análise concetual para as várias situações a partir de casos concretos, em 3 concelhos com a REN recentemente aprovada (Nazaré, Benavente e Loures) que poderão ser extrapoladas para o restante território.

#### 4.2.2.2 4.2.1.2 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) tem um papel fundamental na preservação do recurso solo e sua afetação à agricultura. Sendo o conjunto das áreas que tendo presente fatores agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresenta uma maior aptidão para a atividade agrícola, são *non aedificandi* interditando-se todas as ações que diminuam o potencial da atividade agrícola.

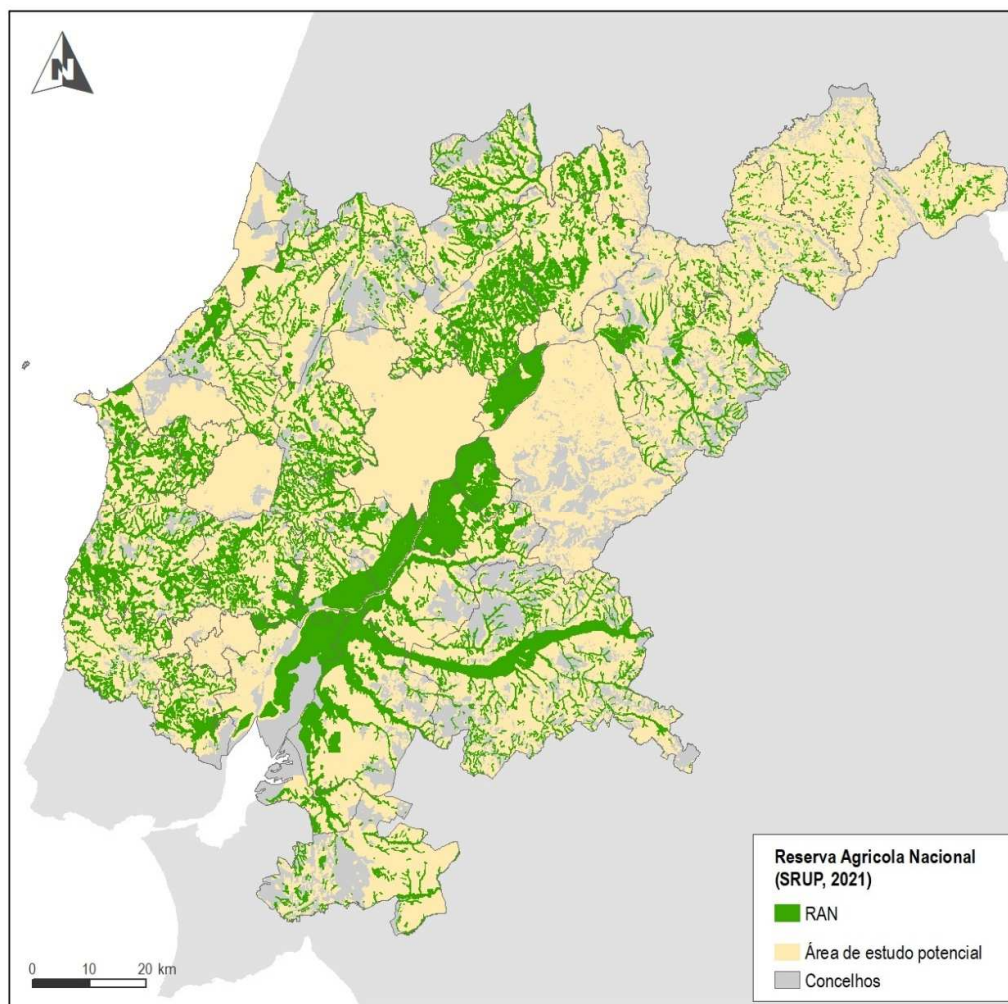


Figura 3 – Reserva Agrícola Nacional, na área de estudo potencial, com base na SRUP (Direção Geral do Território, 2021)

Neste quadro, esta condicionante, face à natureza e objetivos a prosseguir, não é limitadora das opções a tomar (novas áreas a beneficiar – áreas de destino). Ou seja, a implantação territorial da RAN é perfeitamente compatível com os objetivos em causa (aproveitamento hidroagrícola), sendo que o Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, no seu artigo 8.º, estabelece que “as

**ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território****ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola não inseridas em solo urbano (...) são classificadas como RAN”.*

Conforme estabelece o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, “as áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas nas plantas de condicionantes dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal”. Assim, tendo presente as servidões e restrições de utilidade pública (SRUP) em vigor para o território do Continente, que integram o Serviço Nacional de Informação Territorial (SNIT), é possível proceder à delimitação da RAN na área de estudo potencial.

Do exercício cartográfico realizado conclui-se que cerca de 21% da área de estudo potencial integra espaços classificados como Reserva Agrícola Nacional (167.567,0 ha).

#### 4.2.2.3 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

O Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), teve a sua última alteração e republicação com o Decreto-Lei n.º 124/2019, de 29 de agosto.

A REN é composta pelas áreas cujo valor e sensibilidade ecológicos e a exposição e suscetibilidade aos riscos naturais é significativa pelo que são objeto de proteção especial (restrição de utilidade pública), aplicando-se um regime territorial que define os condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo e onde se identifica os usos e as ações compatíveis com os objetivos em causa (proteção dos recursos naturais, especialmente água e solo).

Assim, nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as ações que se traduzam em: i. operações de loteamento; ii. obras de urbanização, construção e ampliação; iii. vias de comunicação; iv. escavações e aterros; v. destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo.

Por outro lado, são permitidos os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, conforme consta no anexo II, do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto.

Neste quadro, admitindo que a esmagadora maioria dos usos e ações serão compatíveis, face à natureza e objetivos de um aproveitamento hidroagrícola, e dada a impossibilidade de efetuar um exercício sistemático para toda a área de estudo potencial, pelo fato de apenas estarem atualizadas as REN num número reduzido de concelhos, realizou-se uma análise tipológica, com identificação de áreas exemplificativas, que traduzam a avaliação realizada à compatibilidade do empreendimento com o normativo existente.

Este exercício centrou-se em 3 concelhos em que a REN foi recentemente aprovada (Nazaré, Benavente e Loures), tendo sido analisadas as categorias de REN relevantes para as 3 dimensões-chave prevista na legislação enquadradora (Proteção do Litoral, Sustentabilidade do Ciclo da Água e Prevenção de Riscos Naturais).



**ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território****ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Da análise realizada aos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN (proteção do Litoral) e os objetivos, natureza e características do Aproveitamento em causa, conclui-se genericamente pelo elevado grau de compatibilidade existente, não sendo impeditivas/condicionantes para a sua prossecução/delimitação a esmagadora maioria das tipologias de áreas de REN presentes na área potencial de estudo.

Com exceção das “barreiras detriticas” (total incompatibilidade; nenhum uso ou ação compatível) e das “dunas costeiras litorais e dunas fósseis” e das “arribas e faixas de proteção” (reduzido número de usos e ações compatíveis), nas restantes tipologias é bastante ampla e diversificada a panóplia de usos e ações compatíveis, potencialmente coincidentes com a área a definir para o Aproveitamento.

Contudo, afigura-se determinante uma análise de pormenor e uma apreciação crítica, caso a caso, dado que independentemente da compatibilidade “em abstrato”, em muitos desses espaços não existe efetivamente um quadro de condições de base/de suporte a uma área de regadio.

Observando o exemplo específico da Nazaré, onde uma importante área potencial de estudo está classificada como REN/“duna costeira”, a única ação compatível passa pelo “desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico)” o que desde logo comprometeria totalmente que este espaço pudesse ser considerado como área potencial de regadio.



## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

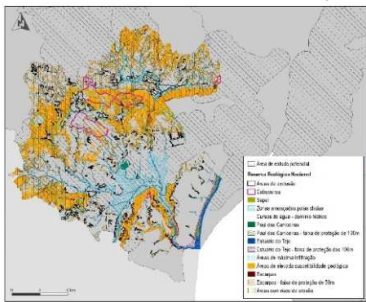


Figura 4 – Reserva Ecológica Nacional, na área de estudo potencial, com base na REN Regional (CCDR LVT, 2022) e REN Municipal da Nazaré, Benavente e Loures

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 5. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Proteção do Litoral

Faixa marítima de proteção costeira		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> </ul>
Praias		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> </ul>
Barreiras detriticas		
Sapais		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> </ul>
Águas de transição e leitos, margens e faixas de proteção		<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Cabinas para motores de reça com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li><u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</li> <li><u>Pequenas estruturas e infraestruturas de reça e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li><u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li><u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Dunas costeiras e dunas fósseis	Dunas costeiras litorais e dunas fósseis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
	Dunas costeiras e dunas fósseis	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Cabinas para motores de reça com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li><u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li><u>Pequenas estruturas e infraestruturas de reça e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li><u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li><u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Arribas e faixas de proteção		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> </ul>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

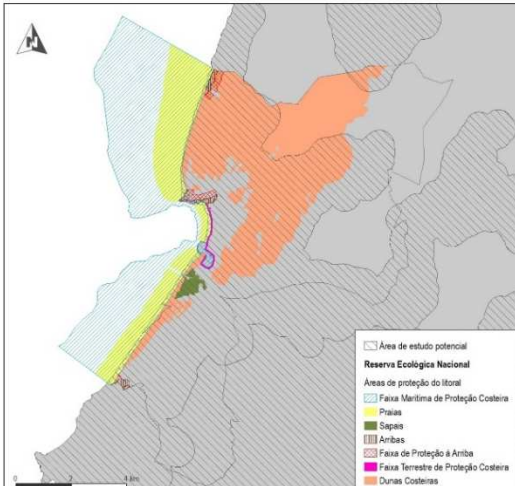
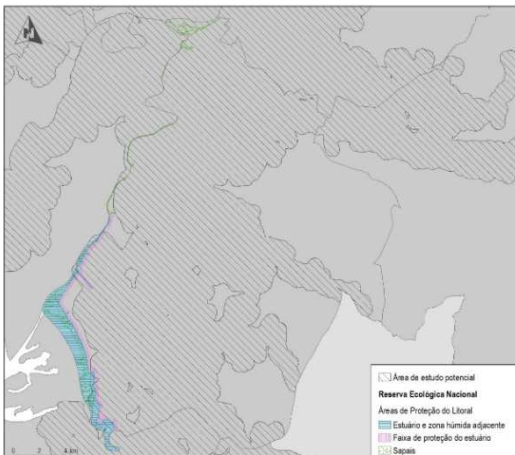
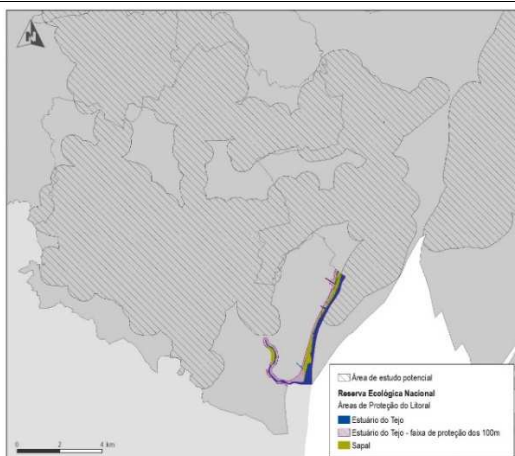
<p><b>Faixa terrestre de proteção costeira</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola.</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
--	--

Nota: a itálico/sublinhado sinalizam-se os usos e ações compatíveis de especial pertinência para o Aproveitamento Hidroagrícola

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 6. Análise de situações concretas

	<p>No concelho da Nazaré, a REN (proteção do litoral) apresenta uma forte expressão territorial. Das diversas categorias de REN delimitadas destaque para as dunas costeiras e as praias. Em termos gerais, a REN – proteção do litoral, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 2.464,1 ha (0,4 % do total da área de estudo potencial).</p> <p>As dunas costeiras (2.211,6 ha), categoria com maior relevância, as praias e as arribas assumem-se como áreas de REN cuja natureza não configura apetência para um aproveitamento hidroagrícola.</p>
	<p>No concelho da Benavente, a REN (proteção do litoral) apresenta uma reduzida expressão territorial. Das categorias de REN delimitadas destaque para o estuário e zona húmida adjacente. Em termos gerais, a REN – proteção do litoral, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 790,2 ha (0,1 % do total da área de estudo potencial).</p> <p>O estuário e zona húmida adjacente (389,1 ha), categoria com maior relevância, e a faixa de proteção do estuário assumem-se como áreas de REN cuja natureza não se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola.</p>
	<p>No concelho de Loures, a REN (proteção do litoral) apresenta uma reduzida expressão territorial. Das categoriais de REN delimitadas destaque para o Estuário do Tejo e a faixa de proteção dos 100m. Em termos gerais, a REN – proteção do litoral, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 60,2 ha (0,01 % do total da área de estudo potencial).</p> <p>O Estuário do Tejo (51,1 ha), categoria com maior relevância, e a faixa de proteção dos 100m assumem-se como áreas de REN cuja natureza não se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola.</p>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Da análise realizada aos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN (Sustentabilidade do Ciclo da Água) e os objetivos, natureza e características do Aproveitamento em causa, conclui-se genericamente pelo elevado grau de compatibilidade existente, não sendo impeditivas/condicionantes para a sua prossecução/delimitação a esmagadora maioria das tipologias de áreas de REN presentes na área potencial de estudo.

Com exceção do “leito”, das lagoas, lagos e albufeiras (muito reduzido número de usos e ações compatíveis), nas restantes tipologias é bastante ampla e diversificada a panóplia de usos e ações compatíveis, potencialmente coincidentes com a área a definir para o Aproveitamento.

Contudo, afigura-se determinante uma análise de pormenor e uma apreciação crítica, caso a caso, dado que independentemente da compatibilidade “em abstrato”, em muitos desses espaços não existe efetivamente um quadro de condições de base/de suporte a uma área de regadio.

Olhando para o exemplo específico da Nazaré, onde uma importante área potencial de estudo está classificada como REN/“Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos”, existe um amplo número de ações e usos compatíveis, enquanto área potencial de regadio. Contudo, coincidindo também com “dunas costeiras” não se afigura possível associar este território a um espaço com aptidão potencial para regadio.

Tabela 7. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Sustentabilidade do Ciclo da Água

Leitos e margens dos cursos de água		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m2.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m3.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Lagoas e lagos	Leito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> </ul>
	Margem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m2.</u></li> </ul>



## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

	Faixa de proteção		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Plantação de oliveais, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
		Contígua à margem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abriços para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola.</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveais, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Albufeiras	Leito		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> </ul>
	Faixa de proteção	Margem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
		Contígua à margem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> </ul>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola.</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
		Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Apoios agrícolas afetos exclusivamente à exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de caráter artesanal diretamente afetos à exploração agrícola.</u></li> <li>• <u>Habitação associada a exploração agrícola, turismo, indústria, agroindústria e pecuária com área de implantação superior a 35 m<sup>2</sup> e inferior a 300 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade de 2000 m<sup>3</sup> a 50 000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola.</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>

Nota: a itálico/sublinhado sinalizam-se os usos e ações compatíveis de especial pertinência para o Aproveitamento Hidroagrícola

Tabela 8. Análise de situações concretas

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

<p>Mapa do concelho da Nazaré. Legenda: Área de estudo potencial; Reserva Ecológica Nacional; Áreas Relevantes para a Sustentabilidade do Ciclo Hidrológico Terrestre; Cursos de água; Margem dos cursos de água; Lagoas; Margem das Lagoas; Faixa de Proteção das Lagoas; Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos.</p>	<p>No concelho da Nazaré, a REN (Sustentabilidade do Ciclo da Água) apresenta uma forte expressão territorial. Das diversas categorias de REN delimitadas destaque para as áreas estratégicas de infiltração e de proteção de recarga de aquíferos. Em termos gerais, a REN – Sustentabilidade do Ciclo da Água, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 4.523,5 ha (0,8% do total da área de estudo potencial).</p> <p>As áreas estratégicas de infiltração e de proteção de recarga de aquíferos ( 4.492,4 ha), categoria com maior relevância, assumem-se como áreas de REN cuja natureza não configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola.</p>
<p>Mapa do concelho da Benavente. Legenda: Área de estudo potencial; Reserva Ecológica Nacional; Áreas Relevantes para a Sustentabilidade do Ciclo Hidrológico Terrestre; Letto do curso de água a céu aberto; Lagoas; Margem das lagoas; Faixa de proteção das lagoas; Albufeira; Margem da albufeira; Faixa de proteção da albufeira; Cabeceiras das linhas de água; Áreas de máxima infiltração.</p>	<p>No concelho da Benavente, a REN (Sustentabilidade do Ciclo da Água) apresenta uma elevada expressão territorial. Das categorias de REN delimitadas destaque para as áreas de máxima infiltração, lagoas, albufeiras e respectivas faixas de proteção. Em termos gerais, a REN – Sustentabilidade do Ciclo da Água, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 22.322,4 ha (4,0 % do total da área de estudo potencial).</p> <p>As áreas de máxima infiltração (20.755,6 ha), categoria com maior relevância, e as lagoas, albufeiras e respectivas faixas de proteção assumem-se como áreas de REN cuja natureza não se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola.</p>
<p>Mapa do concelho de Loures. Legenda: Área de estudo potencial; Reserva Ecológica Nacional; Áreas Relevantes para a Sustentabilidade do Ciclo Hidrológico Terrestre; Cursos de água - domínio hídrico; Paúl das Canceiras; Paúl das Canceiras - faixa de proteção de 100m; Áreas de máxima infiltração; Cabeceiras.</p>	<p>No concelho de Loures, a REN (Sustentabilidade do Ciclo da Água) apresenta uma importante expressão territorial. Das categoriais de REN delimitadas destaque para as áreas de máxima infiltração e o paúl e respectiva faixa de proteção. Em termos gerais, a REN – Sustentabilidade do Ciclo da Água, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 1.209,4 ha (0,2 % do total da área de estudo potencial).</p> <p>As áreas de máxima infiltração (815,3 ha), categoria com maior relevância, o paúl e a faixa de proteção assumem-se como áreas de REN cuja natureza não se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola.</p>

Da análise realizada aos usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN (Prevenção de riscos naturais) e os objetivos, natureza e características do Aproveitamento em causa,



## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

conclui-se genericamente pelo elevado grau de compatibilidade existente, não sendo impeditivas/condicionantes para a sua prossecução/delimitação a esmagadora maioria das tipologias de áreas de REN presentes na área potencial de estudo.

Com exceção das “áreas de instabilidade de vertentes” (muito reduzido número de usos e ações compatíveis), nas restantes tipologias é bastante ampla e diversificada a panóplia de usos e ações compatíveis, potencialmente coincidentes com a área a definir para o Aproveitamento.

Contudo, afigura-se determinante uma análise de pormenor e uma apreciação crítica, caso a caso, dado que independentemente da compatibilidade “em abstrato”, em muitos desses espaços não existe efetivamente um quadro de condições de base/de suporte a uma área de regadio.

Olhando para o exemplo específico de Benavente, onde uma importante área potencial de estudo está classificada como REN/“Zona ameaçada pelas cheias”, existe um amplo número de ações e usos compatíveis, com uma área potencial de regadio. Contudo, o princípio da prevenção e o impacto sobre determinadas culturas impõe que não se deva associar este território a um espaço com aptidão potencial para regadio.

Tabela 9. Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN: Prevenção de Riscos Naturais

<p><b>Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Apoios agrícolas afetos exclusivamente à exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de carácter artesanal diretamente afetos à exploração agrícola.</u></li> <li>• <u>Habitação associada a exploração agrícola, turismo, indústria, agroindústria e pecuária com área de implantação superior a 35 m<sup>2</sup> e inferior a 300 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade de 2000 m<sup>3</sup> a 50 000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
<p><b>Áreas de instabilidade de vertentes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> </ul>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Zonas adjacentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Apoios agrícolas afetos exclusivamente à exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de caráter artesanal diretamente afetos à exploração agrícola.</u></li> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade de 2000 m<sup>3</sup> a 50 000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Apoios agrícolas afetos exclusivamente à exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de caráter artesanal diretamente afetos à exploração agrícola.</u></li> <li>• <u>Cabinas para motores de rega com área inferior a 4 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria e pesca, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 30 m<sup>2</sup>.</u></li> <li>• <u>Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno ou até mais 0,20 m acima deste.</u></li> <li>• <u>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</u></li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade máxima de 2000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Charcas para fins agroflorestais e de defesa da floresta contra incêndios com capacidade de 2000 m<sup>3</sup> a 50 000 m<sup>3</sup>.</li> <li>• Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem.</li> </ul>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico).</li> <li>• <u>Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira e do tipo amovível.</u></li> <li>• <u>Ações nas regiões de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola</u></li> <li>• <u>Plantação de oliveiras, vinhas, pomares, hortícolas e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo.</u></li> <li>• <u>Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal.</u></li> <li>• Ações de controlo e combate a agentes bióticos.</li> <li>• Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum.</li> </ul>
--	---

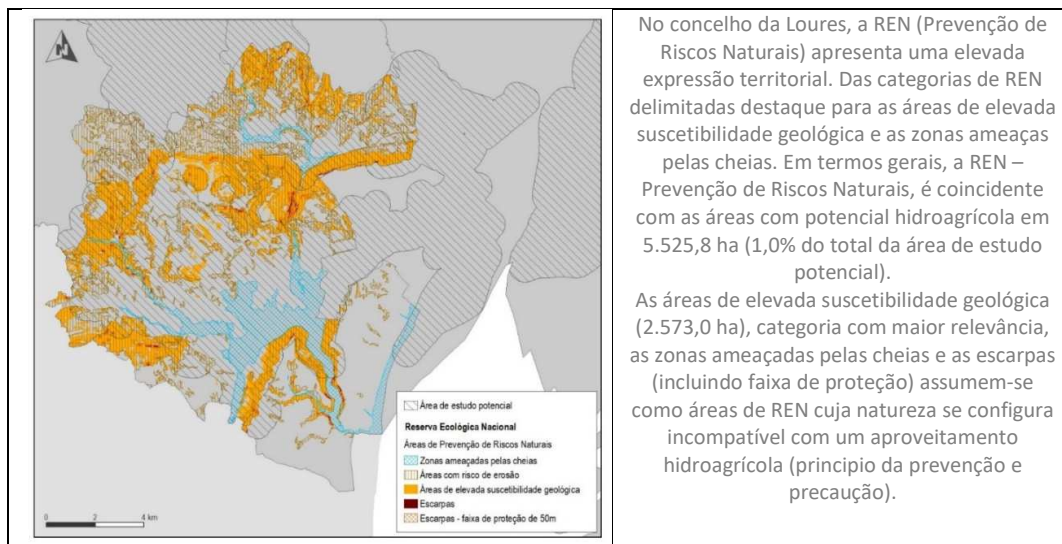
Nota: a itálico/sublinhado sinalizam-se os usos e ações compatíveis de especial pertinência para o Aproveitamento Hidroagrícola

Tabela 10. Análise de situações concretas

	<p>No concelho da Nazaré, a REN (Prevenção de Riscos Naturais) apresenta uma forte expressão territorial. Das diversas categorias de REN delimitadas destaque para áreas ameaçadas pelas cheias e as áreas de instabilidade de vertentes. Em termos gerais, a REN – Prevenção de Riscos Naturais, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 2.134,7 ha (0,4% do total da área de estudo potencial).</p> <p>As áreas ameaçadas pelas cheias (836,9 ha), categoria com maior relevância, e áreas de instabilidade de vertentes assumem-se como áreas de REN cuja natureza se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola (princípio da prevenção e precaução).</p>
	<p>No concelho da Benavente, a REN (Prevenção de Riscos Naturais) apresenta uma elevada expressão territorial. Das categorias de REN delimitadas destaque para as áreas ameaçadas pelas cheias e as áreas declivosas com risco de erosão. Em termos gerais, a REN – Prevenção de Riscos Naturais, é coincidente com as áreas com potencial hidroagrícola em 11.765,3 ha (2,1% do total da área de estudo potencial).</p> <p>As áreas ameaçadas pelas cheias (11.357,0 ha), categoria com maior relevância, e as áreas declivosas com risco de erosão assumem-se como áreas de REN cuja natureza se configura incompatível com um aproveitamento hidroagrícola (princípio da prevenção e precaução).</p>

## ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE



#### 4.2.2.4 REGIME JURÍDICO DAS OBRAS DE APROVEITAMENTOS HIDROAGRÍCOLAS (RJOAH)

Assinale-se ainda, enquanto condicionantes relevantes, as disposições que garantem a integridade dos perímetros hidroagrícolas plasmadas no Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola (RJOAH), instituído pelo Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril. O artigo 95º, “Proteção das áreas beneficiadas”, estabelece algumas disposições sobre as construções, atividades e utilização de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas (condições ao uso destes solos). Assim, são “proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola”. Assim, serão “nulos todos os atos administrativos que licenciem ou autorizem obras ou atividades” em violação desse disposto.

Na área de estudo potencial existem diversos espaços de Aproveitamento Hidroagrícola sujeitas a este regime. Por outro lado, o presente estudo poderá também originar no futuro a delimitação de áreas com estas características.

A sujeição de qualquer futura área ao RJOAH surge com a aprovação do projeto de execução por parte do Ministro da Agricultura e da Alimentação. Esta sujeição deverá processar-se para qualquer grupo de obras (art.º 20.º, do Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril), bem como o consequente condicionamento das áreas beneficiadas, com as “necessárias adaptações” nas obras do grupo III e IV (art.º 26.º, n.º 3 do Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril), sendo que estas adaptações não se referem ao não condicionamento, mas aos procedimentos administrativos aplicáveis.

Assim, aprovado o projeto de execução de uma obra de aproveitamento hidroagrícola, passará a vigorar o regime de proteção das áreas beneficiadas e respetivas infraestruturas, sendo proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios nessas áreas, exceto as que nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra forem admitidas como complementares da atividade agrícola, conforme

**ANEXO 6 – Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território**

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

expresso no artigo 95º, “Proteção das áreas beneficiadas”, do Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril.

Deve ainda referir-se que as áreas de regadio a definir (e respetivas infraestruturas) deverão ser submetidas ao Regime Jurídico das Obras de Aproveitamentos Hidroagrícolas (RJOAH) para que possam ser integradas nas cartas de condicionantes e nos Regulamentos dos PDM, de modo a garantir a sua utilização para os fins em causa e o respeito pela integridade dos perímetros hidroagrícolas e proteção de obras construídas.